

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ISA MARA DA SILVA

**O PAPEL SOCIAL DA MULHER IDOSA:
OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELAS IDOSAS DA ASSOCIAÇÃO DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE VOLTA REDONDA**

VOLTA REDONDA

2019

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O PAPEL SOCIAL DA MULHER IDOSA:
OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELAS IDOSAS DA ASSOCIAÇÃO DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE VOLTA REDONDA**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), como requisito à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aluna: Isa Mara da Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Santos Barison

VOLTA REDONDA

2019



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

O papel social da mulher idosa: os significados atribuídos pelas idosas da Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda

Acadêmica: ISA MARA DA SILVA
Matricula: 201600434

Apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Serviço Social.

Aprovada em 24 de outubro de 2019.

Banca Avaliadora:

Professora Orientadora Mônica Santos Barison – Doutora - UniFOA

Professora Avaliadora Karin Alves do Amaral Escobar- Mestre - UniFOA

Professor Avaliador Marcos Aurélio Ramalho Gandra- Mestre - UniFOA

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as mulheres idosas, em especial as que colaboraram com esse estudo. A todos os sorrisos e demonstrações de carinho e acolhimento durante todo o processo de realização da pesquisa.

AGRADECIMENTO

Agradeço a meus filhos por me incentivarem sempre e por acreditarem na minha capacidade, até mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei ser possível a realização do sonho de concluir a graduação.

Ao meu companheiro, amigo e incentivador incansável, José Cristiano Paes Leme da Silva que me inspira todos os dias a buscar o conhecimento.

E um agradecimento especial e ínfimo diante da pessoa linda e companheira que você se mostrou nessa caminhada, Tainara Adriana da Silva agradeço a cada sorriso e a cada palavra de carinho e de incentivo, a sua amizade e sua paciência.

A minha orientadora Mônica dos Santos Barison pela colaboração e suporte em todo o processo de feitura deste trabalho. E ao Prof.^o Felipe da Matta e a Prof.^a Karin Alves do Amaral Escobar por colaborarem na orientação.

A todos os professores, em especial ao Marcos Aurélio Gandra, o Mineiro, pelo seu carisma e sua atenção a todos e em todos os momentos.

As bibliotecárias que sempre me acolheram com carinho e atenção, às secretárias, a Miriam, da copiadora, pela amizade e todos os que nos deram suporte para que acontecessem o dia-a-dia acadêmico.

E por último, agradeço a capacidade de sonhar e realizar do ser humano que mesmo diante tantas contradições não desiste.

Muito obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPITULO I	
Sociabilidade capitalista: relações de gênero e geracionais.....	13
1.1 A construção das relações sociais: trabalho e sociabilidade capitalista.....	13
1.2 Relações de Gêneros: o papel social da mulher.....	19
1.3 Relações geracionais e o envelhecimento feminino.....	29
CAPITULO 2	
O papel Social da Mulher idosa: a percepção das idosas atendidas na Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda (AAPVR).....	41
2.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	41
2.2 Resultados da pesquisa de campo :a percepção das idosas atendidas na AAPVR.....	43
2.2.1 Significados atribuídos às relações de gênero e geracionais.....	44
2.2.2 O trato destinado à mulher idosas na família e na sociedade e suas dificuldades.....	48
2.2.3 A percepção sobre o papel social e a participação da mulher idosas: a inserção da mulher na vida social.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

RESUMO

O tema deste trabalho é o papel social da mulher idosa. Recortamos o objetivo de conhecer os significados atribuídos pelas idosas da Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda (AAPVR) sobre a relação entre papel social da mulher, envelhecimento e participação social. Desenhamos os seguintes objetivos específicos: identificar a compreensão das idosas sobre o papel social da mulher na família e na sociedade; conhecer a compreensão sobre os espaços de participação da mulher na sociedade; identificar as trajetórias de participação social da mulher idosa na velhice e seus impactos no exercício do seu papel social. Tais objetivos foram construídos a partir do contato com as idosas no período de estágio do Curso de Serviço Social. O envelhecimento é uma tendência confirmada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que também evidenciam que a maioria da população idosa é composta por mulheres, com uma média de cinco anos de vida a mais que os homens. O processo de envelhecimento apresenta uma experiência que difere de pessoa para pessoa. Entretanto, variáveis como gênero, etnia, classe social e a cultura impactam nas vivências do envelhecimento e do papel social das mulheres idosas, nas relações e nas percepções dos sujeitos sociais. Assumimos o pressuposto de que as relações de gênero e geracional, que determinam os significados acerca do papel social da mulher no envelhecimento, não podem ser dissociadas do modo como são processadas as relações entre as classes sociais. Historicamente as mulheres lutando por direitos e por equidade social e se colocam no enfrentamento das desigualdades que vivenciam. Considerando a posição de gênero, indagar sobre a percepção e os tipos de estratégias construídas pelas idosas para vivenciarem o envelhecimento trata-se de questão relevante para as intervenções dos assistentes sociais no atendimento da população idosa. A pesquisa contou com a adesão voluntária de dezessete idosas, um terço das participantes dos grupos de convivência. O instrumento para capturar os significados das idosas foi a entrevista semiestruturada, que permitiu conhecer algumas percepções do papel social da mulher idosa. Os resultados da pesquisa indicam que as idosas entrevistadas reproduzem ideias tradicionais e conservadoras sobre o que é ser mulher, ser mulher idosa e o seu papel na família e na sociedade.

Palavras Chaves: Mulher Idosa. Papel social. Família. Sociedade.

INTRODUÇÃO

A proposta de refletir acerca do papel social da mulher idosa a partir do debate sobre relação de gênero e processo de envelhecimento é o tema deste trabalho.

O objetivo geral do estudo foi o de conhecer a percepção das idosas que participam dos grupos de convivência da Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda¹ (AAPVR) sobre a relação entre papel social da mulher, envelhecimento e participação social. Estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) identificar a compreensão das idosas sobre o papel social da mulher na família e na sociedade; b) conhecer a compreensão sobre os espaços de participação da mulher na sociedade; c) identificar as trajetórias de participação social da mulher idosa na velhice e seus impactos no exercício do seu papel social.

A participação nos grupos de convivências da AAP-VR na condição de estagiária, realizado no Centro de Prevenção a Saúde do Idoso (CPSI), permitiu observar, nas falas das idosas, referências sobre transformações do papel da mulher inscritas no processo de envelhecimento tanto no âmbito familiar, quanto em outros espaços de socialização.

As reflexões das idosas sobre as alterações no papel da mulher estavam associadas à problematizações acerca das suas vivências, marcadas pelos processos de aposentadoria, viuvez, a saída dos filhos de casa para construção de novas

¹ Associação dos aposentados e pensionistas de Volta Redonda é uma associação civil, que se enquadra como organização da sociedade civil de acordo com a Lei 1319/2014, de direito privado, sem fins lucrativos. Instituição dita do terceiro setor, de caráter filantrópico fundada no ano de 1973 com o objetivo de promover por meio da assistência social, da saúde humana, do esporte, da cultura e do lazer, a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa e dos associados. Atualmente conta com vários setores, sendo o Centro de Prevenção a saúde do idoso, o CPSI, o setor de prevenção, capacitação, reabilitação e socialização coordenado pela diretoria da Assistência social que recebe muitos dos associados diariamente. O CPSI através de convenio e parceria com a instituição de Ensino UniFOA se estabeleceu como *locus* de desenvolvimentos de projetos de extensão e campo de estágio do Curso de Serviço Social. Entre suas frentes de atuação está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, *locus* do estágio e do desenvolvimento da presente pesquisa. Formado por dois grupos, somando 50 participantes .no qual um terço participou da pesquisa.

famílias, o nascimento de netos e bisnetos, participação em espaços extrafamiliares, surgimento de limitações físicas e/ou mentais e do próprio envelhecimento etc.

Diante da experiência proporcionada pelo estágio, construímos a proposta de capturar, de forma sistematizada, tais percepções das idosas. O interesse pelo tema surgiu, então, da indagação sobre a percepção e os tipos de estratégias construídas pelas idosas para vivenciarem o envelhecimento a partir de sua posição de gênero.

As populações de diversos países, apresentam uma tendência contínua de envelhecimento. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, a população brasileira ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017 representando um crescimento de 18%, já que em 2012 o total de idosos era de 25,4 milhões. As mulheres são maioria expressiva neste grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo) (IBGE, 2007).

O informe do IBGE (2007) ressalta que as mulheres vivem em média mais do que os homens. Enquanto a expectativa de vida dos homens, em 2016, era de 72,9 anos, a das mulheres atingiu 79,4 anos. Essa tendência é nacional, mas difere de estado para estado e a maior diferença foi registrada em Alagoas, onde as mulheres vivem, em média, mais 9,5 anos do que os homens (IBGE, 2017).

O processo de envelhecimento, no bojo da sociedade capitalista, assume contornos específicos de acordo com a classe social na qual o idoso está inserido. Os idosos e as idosas da classe trabalhadora vivenciam as mais diversas expressões da questão social²

Ao saírem do mercado de trabalho, o estigma de improdutivo imposto pelo sistema capitalista, dentre outros, infligem as pessoas idosas uma vulnerabilidade social e familiar, desdobrando em violências físicas, psicológicas, materiais, patrimoniais e abandono, negando seus direitos e sua dignidade.

As identidades do ser mulher na história das diferentes sociedades se construíram por meio do estabelecimento de distintos papéis que lhe foram atribuídos

² A Questão Social pode ser definida como: "O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada" (IAMAMOTO, 1999, P. 27)

a partir da categoria sexo ao longo dos contextos históricos (SAFFIOTI, 1987). No marco do capitalismo e do patriarcado, as mulheres são alvos de desigualdades econômicas, sociais e culturais acumulando várias expressões da questão social vivenciadas no âmbito doméstico e público.

Compreendemos, então, que variáveis como cultura, gênero, etnia, inscritas no âmbito dos determinantes de classe social interferem no envelhecimento de mulheres. O Brasil tem cultura patriarcal, racista e desigual o que produz experiências peculiares nos padrões de envelhecer. Assumimos o pressuposto de que mulheres idosas acumulam desvantagens sociais e econômicas.

Entretanto, a reação da classe trabalhadora as desigualdades sociais vivenciadas apontam para as possibilidades de resistência e formas de enfrentamento da questão social. Em especial, as mulheres têm uma trajetória de constantes lutas pelo seu espaço e seus direitos de cidadã.

A busca pela liberdade a partir de suas próprias escolhas de vida, pela ruptura com relações de opressão e discriminações e pelas construções de relações no qual igualdade e equidade sejam premissas e não simples aspirações surgem os movimentos das mulheres, conhecidos por movimentos feministas (ARRUZA, BHATTACHARYA & FRASER, 2019).

A história mostra que a mulher foi conquistando seus espaços em todo o mundo. Podemos citar alguns exemplos no campo da política. No Brasil, em 1827, alcança o direito a educação elementar. Em 1932, é garantido por Lei o direito ao voto e um ano depois é eleita a primeira deputada, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Vale destacar que, no senado, só em 1979, uma mulher, a professora e política Eunice Michilles ocupa um lugar no Senado. E em 2010, através do voto direto, foi eleita a primeira mulher para o cargo de presidente, Dilma Vana Rousseff.

Na década de 80, com o lema “*Quem Ama Não Mata*”, novas estratégias vão surgindo para coibir a violência contra mulher. Conselhos estaduais da condição feminina (MG e SP), Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, etc., foram criados em resposta à forte mobilização dos movimentos feministas, baseando sua assistência nos princípios da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.

Embora em 1988 importantes avanços foram obtidos com a promulgação da Constituição Federal, com a inclusão de temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura garantindo igualdade a direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei, somente em 2006 foi sancionada a Lei Nº 11340, conhecida como Lei Maria da Penha. Considerada pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo para enfrentamento à violência contra a mulher, a lei Maria da Penha apresenta-se como instrumento para coibir a violência doméstica e familiar com maior amplitude tendo em vista que considera as diversas faces da violência contra mulher.

Vale destacar que, dentre as expressões da questão social que atingem o cotidiano de vida das mulheres no Brasil, a violência doméstica é aquela que mais explicita o poder do machismo na sociedade contemporânea. A violência física e sexual, perpetradas no âmbito doméstico ou público, são as que têm mais visibilidade. Entretanto, há outros tipos de violências que se apresentam em diferentes faces: violência doméstica, tráfico de pessoas, violência sexual em situações de conflito urbano ou em processo migratórios, casamento infantil, mutilação genital, feminicídio, violência patrimonial, violência moral e a violência psicológica ou emocional (BRASIL, 2006).

Apesar da realidade desenhada pelas relações machistas, que submetem as mulheres a vivência de discriminações e violências, observamos na contemporaneidade, a conquista de espaços que, anteriormente, eram apenas destinados ao gênero masculino. Assim, na cultura, nos esportes, na política e no mundo do trabalho encontramos mulheres protagonistas de sua própria história.

As lutas dos movimentos feministas resultaram, então, na ampliação da participação da mulher nos diferentes espaços sociais. Tal participação pode se constituir como possibilidade de (re)construção dos papéis sociais das mulheres, contribuindo no processo de enfrentamento do machismo e da cultura patriarcal.

É no marco desse debate que consideramos importante suscitar reflexões de como a mulher idosa percebe o momento do envelhecer na perspectiva de gênero, recortando as motivações e estratégias que encontraram para vivenciar sua cidadania no contexto social capitalista.

Consideramos que conhecer a realidade social das mulheres idosas é fundamental para a análise das demandas postas ao Serviço Social em instituições que trabalham com essa parcela da população.

O Serviço Social brasileiro assumiu, desde a década de 1980, o compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. O Código de Ética do Assistente Social é claro ao explicitar princípios éticos que traduzem, dentre outros, a defesa intransigente dos direitos humanos e o combate a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação. Materializar tais princípios no seu fazer profissional é o desafio constante que pressupõe o conhecimento e a análise da realidade de vida e de trabalho dos diversos segmentos populacionais que são alvos das políticas sociais.

Na perspectiva de atingir os objetivos do estudo, consideramos que a pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo.

Segundo Minayo (2010) abordagem qualitativa preocupa-se em entender os fenômenos sociais a partir dos significados atribuídos a eles pelos próprios indivíduos de maneira a compreender as suas relações com a sociedade.

A pesquisa qualitativa aprofunda o estudo da temática, pois trabalha com a percepção, a visão de mundo dos entrevistados acerca de determinados temas que se relacionam aos objetivos do estudo (MINAYO, 2010)

O instrumento utilizado para a abordagem das idosas foi a entrevista semiestruturada. A entrevista, segundo o autor é, no sentido amplo da comunicação verbal, uma estratégia de captura de informações sobre determinados temas usada no processo de pesquisa de campo. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, por iniciativa do entrevistador que deslumbra o objetivo de construir informações pertinentes a seu objeto de pesquisa (MINAYO, 2012, p. 64).

Vale ressaltar que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, que autorizou a realização da pesquisa de campo sob o número CAAE 12029318.0.0000.5237.

A amostra da pesquisa foi composta por um terço das participantes dos grupos de convivência do CPSI da AAPVR. Assim, do total de aproximadamente cinquenta participantes, entrevistamos 17 mulheres idosas. Consideramos que esse quantitativo

expressa o conjunto do público-alvo da pesquisa tendo em vista que o estudo é qualitativo.

A adesão ao estudo foi espontânea, com expressão de concordância no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). A entrevista foi realizada em separado com cada idosa e foi utilizado o gravador para registrar as falas das entrevistadas. A transcrição da entrevista e o TCLE foram arquivados pela orientadora da pesquisa para garantir o sigilo das informações. Vale ressaltar que nenhum dado que identificasse as idosas que participaram da pesquisa foram usados para apresentação e análise dos resultados do estudo.

Assim, os resultados da pesquisa foram apresentados nesse trabalho, que se desdobra em dois capítulos. O primeiro capítulo versa sobre a construção da sociabilidade capitalista e as relações de gênero e geracionais. O segundo capítulo descreve e analisa a percepção das idosas sobre o papel social da mulher. Por fim, são registradas as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO I

Sociabilidade Capitalista: relações de gênero e geracionais

1.1 A construção das relações sociais: trabalho e sociabilidade capitalista

Na perspectiva de refletir sobre o papel social da mulher idosa na contemporaneidade, consideramos necessário apreender o marco das relações capitalistas que forjou as relações sociais e conseqüentemente as determinações postas à mulher idosa.

Neste sentido, consideramos importante refletir sobre o modo de produção e reprodução material e cultural do ser social. No modo de produção capitalista são estabelecidos padrões de relações sociais que influenciam na (des)construção dos significados das diversas funções sociais assumidas pelos sujeitos e categorização acerca dos sujeitos nas sociedades capitalistas (ÁVILA, 2018).

Segundo Lessa (1999) a história da vida social dos homens deu início a partir do trabalho. Em busca do atendimento de suas necessidades para sua sobrevivência, o homem passa a intervir na natureza instaurando um processo de transformação da natureza, de si mesmo e de todo ser social. Essa transformação se dá por meio de um movimento que Karl Max denominou de trabalho (LESSA, 1999).

Sendo um ser dotado de capacidades que o difere dos demais animais da natureza, o homem na sua unidade de raciocínio, ao identificar suas necessidades, desenvolve alternativas em sua consciência para atendê-las e, antecipando possíveis resultados, cunha maneiras de suprir tais necessidades (LESSA, 1999).

Isto significa que o homem através da sua capacidade de raciocínio desenvolve a prévia ideação. Ou seja, ao identificar suas necessidades ele consegue pensar opções para atendê-las, escolher a mais viável, planejando assim suas ações. Na perspectiva de executar o que planejou e alcançar seu objetivo, escolhe instrumentos que mediam sua intervenção na realidade e desencadeia um ciclo contínuo de produção de recursos para o atendimento de suas necessidades, aquisições de conhecimento e produção de novas necessidades (LESSA, 1999).

O trabalho é, então, o resultado da combinação da prévia ideação e objetivação. O trabalho é o processo histórico que se constitui a gênese do ser social, pois é pelo trabalho que o homem deixa seu estado de animalidade (ser biológico) para interagir em caráter de cooperação com outros homens em uma rede de humanização e sociabilidade (GUIRALDELLI, 2011).

As transformações da natureza e do próprio sujeito produzem, com base no processo de trabalho, novas situações e novas necessidades agregando novos conhecimentos, experiências e habilidades em que o processo do trabalho complexifica-se.

Neto e Braz (2012) enfatizam que o trabalho não é só uma atividade que transformou a natureza e o homem, mas é uma atividade organizada coletivamente por homens em sociedade que cria riquezas e desencadeia processos históricos pelo qual se constitui o ser social. Os autores afirmam que a humanidade se constitui como tal através do trabalho (NETO & BRAZ, 2012, p.46).

No processo histórico, inicialmente o trabalho manteve relação com a sobrevivência do homem. Entretanto, as mudanças nas formas como os homens se organizaram para atender suas necessidades desencadearam a produção do excedente como desenvolvimento da agricultura e pecuária. O avanço das forças produtivas assumiu a versão do modo de produção capitalista, que transformou radicalmente o processo de trabalho e conseqüentemente a produção e reprodução do ser social (LESSA, 1999).

Assim, no modo de produção capitalista, as intencionalidades dos que detém de forma privada os meios de produção e os frutos do trabalho se traduzem na busca constante pela acumulação do capital (LESSA, 1999). A outra classe social, formada por aqueles que detém apenas a força de trabalho para vender, não é mais livre para exercer sua criatividade e liberdade de conduzir o processo de trabalho em sua totalidade (LESSA, 2002).

Os trabalhadores são submetidos a um processo de fragmentação do trabalho, que limita sua função a apenas uma atividade específica e em espaços em que o tempo dispensado e seus comportamentos passam a ser inspecionados e controlados (FORTES, 2018).

As forças produtivas, com a aquisição e o aperfeiçoamento do conhecimento, articuladas com as relações de produção, constituem o modo de produção capitalista

que ao longo da história é atravessado por contradições e complexidades (NETO & BRAZ, 2012)

O desenho da finalidade de acumular o capital exige que as etapas do processo de trabalho sejam planejadas e executadas para alcançar o lucro. O trabalho se transforma em um processo coletivo, deixando de ser um processo individual entre o homem e a natureza (COLMÁN; POLA, 2009). O capitalismo depende da divisão das sociedades em classes sociais, cuja relação seja marcada pela exploração e dominação. Ou seja, o alcance do lucro da classe que detém os meios de produção depende que a classe trabalhadora entregue os frutos do seu trabalho (LESSA, 2002).

Desta forma, no capitalismo, foram construídas relações sociais específicas de exploração da classe dominante em direção à classe trabalhadora. Fundamentando sua finalidade no lucro, o capitalismo transforma as necessidades humanas, o trabalho e o próprio homem em mercadoria (LESSA, 2002).

As relações sociais no capitalismo são marcadas pela compra e venda da força de trabalho. Os bens necessários à vida humana também passam a ser identificados como mercadorias, que deve se produzir e reproduzir constantemente, em escalas cada vez maiores, com a pretensão de estender-se para o conjunto da vida social e de todas as suas expressões e tornado o próprio sujeito uma mercadoria com prazo de validade (MAYA apud COLARES; SARAIVA, 2016).

No processo de compra e venda da força de trabalho, é a extração da mais valia que garante acumulação do capital. A mais valia é o trabalho que não é pago aquele que produziu. O salário, dessa forma não representa aquilo que o trabalhador produziu de fato (LESSA, 2002).

Iamamoto (2001), com base na teoria de Karl Max, analisa que é desencadeado um processo de acirramento da concorrência entre os trabalhadores como mecanismo de regulamentação de salários proporcionando ao capital economizar custos com a força de trabalho e criando conflitos internos na classe trabalhadora, e dessa forma ocultando a gênese das determinações das relações sociais de explorações (VIANA, 2007).

Assim, na perspectiva de geração e acumulação do capital, a população trabalhadora deve sempre crescer mais rapidamente do que a necessidade de seu

emprego e de sua utilização. Gerando, desse modo, “uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital” (IAMAMOTO, 2008, p. 159).

Iamamoto (2012) discorre que, com o desenvolvimento do capitalismo, a formação de um exército de reserva de mão de obra se constitui como estratégia para nivelar o salário em baixos níveis e ainda produzir a desmobilização dos trabalhadores no processo de reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho. Segundo a autora, é preciso ainda extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores, o que forma um contingente de indivíduos, denominados por Marx (2012) como um exército industrial de reserva, que estejam fora do mercado de trabalho.

Segundo Karl Marx,

[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2017, p. 707).

Neto & Braz (2012) elucida que Karl Marx caracteriza formas variadas da população trabalhadora excedente e elenca três tipos: a flutuante, que corresponde aos trabalhadores dos grandes centros industriais e mineiros que ficam períodos empregados e outros desempregados; a latente, que são os trabalhadores rurais que, frente a produção capitalista, são repelidos para centros urbanos e, por fim, os estagnados, que são os trabalhadores que não conseguem um emprego fixo com condições regulares e constituem, dessa forma, um contingente inesgotável de força de trabalho disponível (MARX, 2017).

Entre a última forma citada que configura o exército industrial de reserva, encontram-se os lumpemproletariados (considerada parcela degradada do proletariado, vagabundos, prostitutas, criminosos), os órfãos, os mutilados, os enfermos, as viúvas e os que ultrapassam a idade de um trabalhador, os “idosos”. Esses representam uma massa imersa no pauperismo que segundo Karl Marx,

“constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2017, p.719).

Este processo que produz a população de sobranse do mercado de trabalho produz sujeitos não só em condição de miséria material, mas também de miséria cultural e espiritual produzida pelo próprio capitalismo (IAMAMOTO, 2012).

Neste contexto, o capitalismo constrói o seu padrão da sociabilidade. Neto e Braz (2012) pontuam que a produção capitalista não se restringe na produção de mercadoria, mas é uma produção e reprodução de relações sociais e destacam “a produção capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários” (NETO; BRAZ, 2012, p.149).

As reflexões de Lessa (2002) nesse sentido, consideram as relações sociais como frutos de uma sociabilidade que é instaurada para organizar a vida em sociedade no que se refere ao processo de produção e reprodução do ser social (LESSA, 2002).

A sociabilidade capitalista forja um comportamento moral além do tempo de trabalho, mas no tempo de não trabalho, ou seja, a lógica que estrutura o processo que garante a acumulação de capital e a expropriação da força de trabalho ocupa todos os espaços da vida cotidiana (IAMAMOTO, 2012).

[...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo. (FINELLI, 2003 apud IAMAMOTO, 2012, p. 52).

A lógica da produção domina a prática social, organizando e atribuindo sentido e valor às ações humanas para além do ambiente produtivo. O capital transcende para o social rotulando, categorizando, impondo funcionalidades aos indivíduos e banalizando o humano (MAYA apud COLARES; SARAIVA, 2016).

Gradualmente, segundo Fortes (2018), o cotidiano da estruturação do modo de produção capitalista determina os tipos de relações sociais que serão estabelecidas em determinada sociedade. Assim, a sociabilidade vai sendo forjada sob as diretrizes

do capitalismo e as novas gerações conseguintes assimilam o processo de produção naturalizando-o na própria vida.

Forjar tais relações sociais é essencial para que a classe trabalhadora naturalize o processo de entrega dos frutos do seu trabalho e se submeta às relações de dominação e exploração necessárias para a geração de riquezas.

Podemos destacar o que Karl Marx (2017) descreve como um sistema de desenvolvimento de hábitos: “o envolver da produção capitalista desenvolve uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (Marx, 2017, p. 808).

E, assim, são engendrados determinados tipos de instituições que objetivam a organização da vida cotidiana, na respectiva de forjar os comportamentos dos indivíduos e direcionar o estabelecimento de relações sociais que sejam favoráveis à ordem que legitime e sustente o modo de produção. A família, a religião, o direito, o Estado, por exemplo, compõem o conjunto de instituições que produzem mediações que contribuem para “transformar” os sujeitos em úteis e dóceis ao trabalho (ÁVILA, 2018).

Destarte, a lógica da privatização das riquezas e da própria vida humana é absorvida pelo conjunto das relações sociais, que também são marcadas por uma dinâmica de desigualdades que são (re) produzidas de forma naturalizadas.

Iamamoto (2012) cita que a apropriação privada dos meios e frutos do trabalho se constitui, dessa forma, a raiz das inúmeras desigualdades que marcam as relações no capitalismo. Neto e Braz (2012) afirmam que é no confronto entre a classe trabalhadora e a classe que detém os meios de produção que emergem as lutas dos trabalhadores pelo reconhecimento dos seus direitos.

Nessa perspectiva é que Iamamoto (2012) define que a questão social emerge no bojo do movimento entre a produção das desigualdades sociais e a reação da classe trabalhadora a essas desigualdades.

A relação entre o capital e o trabalho se reflete em todos os processos socioculturais e políticos. Assim, a perpetuação da dominação exige a produção de

uma lógica que naturaliza as desigualdades entre as mais diversas relações sociais, como por exemplo as relações geracionais e de gênero (SAFFIOTI, 1987).

A análise das categorizações de gênero e geracionais como processos socioculturais inscritos nas relações sociais é imprescindível para entendermos a conexão com o debate sobre as relações de classes sociais.

1.2 Relações de gêneros: o papel social da mulher.

Conforme refletido no item anterior, o conjunto de forças produtivas e estruturais do capitalismo, resultam na constituição do ser social e (re)produção de sociabilidade capitalista, onde são utilizadas de várias estratégias para a manutenção de sua dinâmica.

Neste contexto, a sociabilidade capitalista estabeleceu determinadas funções e papéis que devem ser desempenhados pelas mulheres no âmbito público como no privado.

Os movimentos engendrados para operar a dominação padronizam a sociabilidade e transformam os sujeitos em objetos para atenderem apenas os interesses do capital. Criam ainda uma ordem moral cujas idéias classificam os sujeitos de acordo com características biológicas, étnicas e etárias, o que fragmenta os sujeitos da essência de suas relações sociais e naturalizam as desigualdades processadas a partir da dominação e da exploração (MOTTA; PELOTAS, 2012; ÁVILA, 2018).

Deste modo, a disseminação do discurso da cultura dominante produz valores que oferecem sustentabilidade à lógica capitalista. Tais valores determinam os comportamentos dos sujeitos, que são instituídos a partir do papel social previamente determinado (BITTAR, CESÁRIO; LIMA, 2016, p. 132).

Na engrenagem de transmissão de valores vinculados a cultura dominante, instituições sociais assumem a tarefa de mediar tal processo junto aos sujeitos. Dentre tais instituições, podemos citar a família. A família é o primeiro espaço de socialização dos sujeitos e tem participação fundamental na construção das identidades e dos papéis que cada indivíduo vai desempenhar na sociedade (AVILA, 2018).

A família idealizada pelo capitalismo foi a família nuclear que deveria ser formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos. Nas relações familiares são construídos significados para o homem e a mulher que são socialmente construídos, imprimindo para ambos um padrão de comportamento (VELOSO, 2003).

Assim, a família tem funções preestabelecidas para todos os seus membros. Tais funções mantêm relação com a necessidade de prover os meios de sustento material de seus membros e dar continuidade a cultura da dominação.

Na lógica dominante, o homem é reconhecido como o provedor e responsável pelo sustento material da casa. O papel de provedor foi legitimado com o argumento que ressaltou as características biológicas masculina. O homem é reconhecido enquanto líder e governante, o que reforça a cultura patriarcal e machista (MORGANTE & NADER, 2014).

Segundo Saffioti (1987), os elementos de dominação contidos no patriarcado se aliam aos elementos de exploração que marcam as relações capitalistas. No patriarcado o homem toma as grandes decisões que afetam a vida de toda a família e de um povo (SAFFIOTI, 1987, p. 47).

Na família nuclear projetada pelo capitalismo, à mulher é delegado o papel específico de cuidar de todos os membros da família, cuidado que compreende a execução de afazeres domésticos e a educação dos filhos, o que garantiria a transmissão de valores e os princípios da sociabilidade capitalista. A mulher é nomeada de “rainha do Lar” (ÁVILA, 2018). A mulher é submetida ao espaço privado da família, que é naturalizado pela narrativa do amor materno (SAFFIOTI, 1987).

Tal narrativa se baseia na ideia de que a mulher tem atributos biológicos que legitimam naturalmente a execução das funções a ela atribuídas, que inclui a não remuneração pelo trabalho doméstico em nome dos laços de amor que a vinculam ao esposo e aos filhos.

Ávila (2018) pontua que o exercício da função do cuidado atribuída à mulher na família nuclear burguesa, além de garantir a reprodução material e social da força de trabalho, reproduz hábitos, comportamentos e valores favoráveis à disciplina do trabalho e a produtividade daquele que vende sua força de trabalho. Tal processo,

consequentemente garante a renovação e continuidade da cultura dominante do capitalismo (ÁVILA, 2018).

Assim, as relações centradas no poder do homem subjagam a mulher. O machismo se fundamenta no argumento das diferenças biológicas, que desqualifica os papéis atribuídos socialmente às mulheres. Tal processo de submissão da mulher ao poder do homem, é acirrado no modo de produção capitalista, o que determina um conjunto de práticas sociais discriminatórias e de opressão à mulher (VIANA, 2007).

A mulher, nesse contexto, aparece não só como propriedade do capitalista como também do homem/marido, e com o mesmo status das crianças. O patriarcado rompe os muros do privado e agiganta-se no contexto público e capitalista (CARLOTO, 2002).

É importante salientar que o lugar preestabelecido para a mulher no espaço privado é projetado no espaço público, justificando a maneira com que as mulheres são tratadas (SAFIOTTI, 1987). O desenho de uma relação de poder forjado a partir das diferenças biológicas incide nas relações de poder e reforçam a naturalização das desigualdades entre o feminino e masculino no espaço público (BITTAR, CESÁRIO & LIMA, 2016).

A disseminação da identidade da mulher construída no âmbito privado da família, se reproduz também por meio de obras literárias onde a mulher era retratada como um ser frágil e dócil, cuja a inferioridade da mulher era destacada diante da superioridade masculina (GUIRALDELLI, 2011).

Vale citar ainda as instituições religiosas cujos líderes legitimavam o papel social da mulher desenhado na sociedade capitalista. A fraqueza e dependência da mulher são reconhecidas, na lógica de muitas religiões, como se fossem dádivas de Deus, que lhe garantia proteção divina: “O poder da mulher é sua dependência, que emana da consciência dessa fraqueza que Deus lhe deu para protegê-la” (DAVIS, 2016 p. 53).

Entretanto, as mutações do capitalismo processadas no final do século XX desencadearam alterações no mundo do trabalho e, consequentemente, no uso da força de trabalho. A necessidade de baratear a força de trabalho impõe novas demandas às mulheres. A mulher é requisitada para adentrar o mercado formal do

trabalho, em contra partida criam estratégia para manter os salários em baixos níveis e materializar a polivalência do trabalhador (SILVA,2015).

As desvantagens sociais impostas aos sujeitos do sexo feminino permitem que sejam arrancadas das mulheres o máximo de mais valia através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (SAFIOTTI apud CARLOTO, 2002).

... a participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos são considerados resultados de suas atividades de reprodução, resultado este condicionado também pela natureza dos processos produtivos e pelas exigências de um determinado sistema de crescimento e acumulação que se transforma com o tempo (KON, 2009,p.2).

A inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho é processada, então, a partir das desigualdades estabelecidas historicamente. Na divisão sexual e social do trabalho, as mulheres continuam responsáveis pelos cuidados com a casa e com os membros da família. Seus salários, além de serem menores do que dos homens, são considerados apenas como uma “ajuda no orçamento familiar”. Assiste-se ainda à definição de tarefas e funções para as mulheres de forma desigual, o que explicita a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas (CARLOTO, 2002).

As assimetrias nas relações entre homens e mulheres iniciam-se no âmbito privado e se estendem para todos os âmbitos da sociedade. O processo de produção e reprodução das relações sociais entre homens e mulheres é reconhecido como relações de gênero.

Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças entre os sexos que interferem nas relações de poder. Segundo Souza (2014), gênero é uma categoria que contribui para potencializar a apreensão das complexidades das relações sociais, e torna-se imprescindível para a análise dos processos nos quais acontecem as práticas sociais envolvendo não apenas as relações mulheres e homens, mas mulheres e mulheres, homens e homens.

Em um dado momento histórico, gênero foi entendido e analisado como as questões das mulheres. Assumindo uma abrangência a partir da complexidade da própria realidade da vida social, passa a caracterização dada ao feminino e ao masculino, apresentando-se como um padrão relacional histórico e construído pela

própria sociedade, interligando fatores culturais, políticos e econômicos talhados pelo capitalismo (BITTAR, CESÁRIO; LIMA, 2016).

Nessa perspectiva, por exemplo, é necessário compreender que a violência contra a mulher não tem como protagonista o homem. O inimigo da mulher não é o homem, mas a concepção de um padrão relacional de dominação que é produzido e reproduzido não só pelo homem, mas também pela mulher e por toda a sociedade (SAFIOTTI, apud SOUZA. 2014).

Podemos ilustrar tal reprodução do padrão de dominação, citando as declarações divulgadas pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, em 2019. Conforme registrou Carvalho (2019) em um dos seus primeiros pronunciamentos feitos em uma audiência pública na Câmara dos Deputados ela afirmou: “(...) *Dentro da minha doutrina cristã, nós entendemos que no casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento*” (CARVALHO, 2019, p. 01).

É notório que esse pronunciamento reproduz a lógica da dominação, do poder, da opressão do homem sobre a mulher, o que acaba ratificando diversos tipos de violências que são praticados contra a mulher.

As violências contra as mulheres têm diversas nuances que foram imbricadas ao cotidiano assumindo características complexas, difusas e, muitas das vezes, ocultas, impercebíveis e naturalizadas como práticas entre os gêneros e por não deixarem marcas expostas fisicamente não são descritas como violências. Assim, a violência é perpetrada, mantendo o controle e o domínio sobre as mulheres (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a meta de erradicação da Violência contra as mulheres em 1993. A ONU definiu a violência como qualquer ato de violência apoiado no gênero que produza ou possa produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher incluindo as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade tanto na vida pública como na privada (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

Os diversos tipos de violência podem acontecer no âmbito público ou privado. Os fatores que desencadeiam a violência contra a mulher são múltiplos. A violência é

um fenômeno que deteriora a integridade da mulher trazendo consequências físicas, psicológicas, sociais, sexuais e econômicas (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

Assim, apesar da mulher estar presente em diversos espaços, exercendo profissões, antes exclusivas dos homens, participando ativamente na sociedade, a construção de seu papel social ainda persiste ligado tal como foi construído no princípio de formação da sociabilidade capitalista, o papel do cuidado, do espaço privado do lar e sob violências diárias. Como citado por Saffioti (1987), são construções socioculturais difíceis de ruir completamente visto que tem sua sustentabilidade entrelaçadas no poder e no saber promovido pelo capital e naturalizados ao longo da história (SANTOS; SACRAMENTO, 2011).

Na perspectiva de conquistar igualdade de direitos, garantir participação no espaço público e superação de todas as formas de opressão, destacamos o movimento político protagonizado por mulheres, conhecido como Movimento Feminista.

Podemos dividir a história do Movimento Feminista em três momentos, que ficaram conhecidos como ondas feministas, dada a efervescência de determinadas reivindicações que atingiram visibilidade na sociedade.

a expressão movimento de mulheres significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao movimento feminista refere-se às ações de mulheres dispostas combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulher sejam protagonistas de sua vida e história (TELLES, 1999, p. 12).

A primeira onda feminista surgiu entre o final do século XIX e início do século XX e foi marcada por intensas reivindicações, mobilizações de mulheres em torno do direito ao voto, Movimento Sufragista. O sufrágio foi marcado por inúmeros eventos em diversos países, especialmente Reino Unido e Estados Unidos. Esse período foi marcado também por reivindicações por melhores condições de trabalho e direito a participação na vida política.

Nesse sentido, o movimento de operárias teve importante repercussão para denunciar as precárias condições de trabalho, opressão e violência a que eram submetidas, culminando em diversas greves têxteis. Em março de 1911, um incêndio de grandes proporções na fábrica Triangle Shirtways Factory acarretou na morte de

21 operários e 125 operárias. Fato que alimentou a indignação e uma maior luta por melhores condições de trabalho. (BLAY,2001)

Para Coutinho (1999), o direito à cidadania é resultado de lutas permanentes engendradas pelas classes subalternas e fruto de um longo processo histórico. São lutas por liberdades contra velhos poderes (BOBBIO, 1998). Não sendo diferente no campo de luta por direitos das mulheres.

A segunda onda feminista marcou o período dos anos de 60 e 70, onde fizeram parte das questões debatidas libertação do corpo, da sexualidade da mulher, maternidade e direitos de reprodução e também a homossexualidade (PINTO, 2010)

Nesse contexto, o livro Simone de Beauvoir “Segundo Sexo” lançado em 1949 vem expressar a ideia básica do feminismo, a desnaturalização do ser mulher, denunciando a opressão feminina e as condições sociais das mulheres na perspectiva de desconstruir o papel então convencionado para a mulher na sociedade. Para Sarti (2004), o feminismo se fundou não só pela luta de conquistas referentes ao biológico, que distingue homens e mulheres, mas, sobretudo, na diversidade dos mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, designando assim o que seria convencionado identidade de gênero.

No Brasil, o movimento pelos direitos ao voto também foi um marco importante na luta por direitos das mulheres. No ano de 1919, as mulheres protagonizaram uma grande greve nas indústrias têxteis reivindicando a jornada de oito horas e a igualdade salarial entre homens e mulheres, mas o movimento foi reprimido com grande violência policial. (BLAY, 2001)

O movimento feminista pelo sufrágio no Brasil teve Bertha Lutz como uma de suas protagonistas, bióloga que estudou fora e ao retornar realizou várias campanhas públicas pelo direito do voto. Sendo a principal articuladora do período em que as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, em 1932. Foi também uma das idealizadoras do Partido Republicano Feminino. No poder, em seu mandato de deputada federal, trabalhou para mudar a legislação trabalhista no que dizia respeito ao trabalho feminino e infantil (PINTO, 2010)

Os anos 70 no Brasil também foi marcado por diversas manifestações do Movimento Feminista, demarcando a segunda onda do movimento a exemplo de

outros países da América Latina. Surge no contexto de autoritarismo e repressão dos regimes militares e como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar no bojo de outros movimentos populares, trazendo maior visibilidade à questão da mulher (SOARES, 1994; COSTA, 2005)

O contexto da ditadura militar foi marcado por uma importante militância feminina, onde as mulheres se negaram a assumir o papel tradicionalmente atribuído a mulher, comportando-se como homem, participando inclusive da luta armada (SARTI, 2004).

Ainda segundo a autora, o ano internacional da mulher instituído pela ONU em 1975 contribuiu para conferir visibilidade ao Movimento Feminista no Brasil. Esse reconhecimento da questão da mulher como problema social contribuiu para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, deixando de atuar na clandestinidade (SARTI, 2004).

Inicialmente os grupos feministas se originaram de camadas médias e intelectualizadas da sociedade brasileira. Entretanto, o movimento se expandiu ampliando os espaços de atuação com participação de mulheres negras, lésbicas, de diferentes religiões, sindicalistas, acadêmicas, dentre outros seguimentos sociais. O feminismo brasileiro iniciado através do movimento de mulheres articulou-se às camadas populares se caracterizando como um movimento com participação de mulheres de diferentes classes sociais (SARTI, 2004).

Os debates sobre o cotidiano feminino, os novos comportamentos afetivos e sexuais, relacionados ao acesso aos métodos contraceptivos, irão demarcar uma ruptura com o padrão tradicional de valores nas relações familiares marcados pelo patriarcado (SARTI, 2004).

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados. Os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes militares instalados (COSTA, 2005).

Deste modo o Movimento Feminista só vai se consolidar no Brasil nos anos de 1980, quando muitas mulheres voltaram do exílio imposto pelo período da ditadura

militar trazendo na bagagem uma experiência internacional aprofundando as reflexões acerca dos direitos das mulheres (SARTI, 2004).

Em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres-CNDM (Lei n.º 7.353), vinculado ao Ministério da Justiça, se inicia uma nova trajetória da luta pelos direitos das mulheres. O corpo técnico do conselho era composto, na maioria, por feministas autônomas vindas de diversas regiões do país, com o compromisso de abrir espaço na estrutura política do governo, ser um canal de interlocução com os movimentos de mulheres, além da formulação e monitoramento das políticas (MODELLI, 2018)

A terceira onda ou fase do feminismo no Brasil se relaciona à forte participação das mulheres brasileiras em todo o processo de redemocratização, no processo da Assembleia Constituinte de 1988, na busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais (MATOS, 2010)

O CNDH com a campanha ‘mulher e a constituinte’ arrecadaram inúmeras cartas vindas de todas regiões do Brasil que resultou na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. O percentual de 80% da Carta das Mulheres Brasileiras foi incluído na constituição de 1988 dando suporte para várias leis para a população feminina. O texto serviu de base para que fossem criadas legislações que abordassem especificamente os crimes contra a mulher, tipificando esses crimes (MODELLI, 2018).

No âmbito familiar, destaca-se a eliminação da figura do homem como chefe da relação conjugal e a necessidade de um certificado de casamento para que se reconhecesse uma família, lembrando que, até a Constituição de 1988, vigorava o Estatuto da Mulher Casada, que previa a necessidade de autorização do marido para as mulheres poderem trabalhar. Nos direitos reprodutivos, foi reconhecido o direito de a mulher decidir sem coerção sobre o número de filhos que desejaria ter e que é dever do Estado fornecer meios e informações para tal decisão (MODELLI, 2018).

Na área trabalhista, a licença maternidade foi estendida de 84 dias para 120 dias e a licença paternidade foi instituída. Em 2012, através da Proposta de Emenda Constitucional nº 66, conhecida como PEC das domésticas, os direitos trabalhistas e previdenciários finalmente foi instituído para as empregadas domésticas, mas só em

2017 com o Decreto Legislativo 172/2017, as trabalhadoras domésticas passam a ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores celetistas, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Destacamos ainda as conquistas para as mulheres rurais do direito à titularidade da terra e, para as mulheres presidiárias, o direito de amamentar os filhos (MODELLI, 2018).

Em 2006, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) é sancionada trazendo uma série de medidas de proteção à vítima e seus filhos, mudando penas alternativas, como por exemplo, a de que os agressores fossem punidos com o pagamento de cestas básicas (MODELLI, 2018).

Essas transformações foram possíveis em grande parte pelas conquistas dos movimentos feministas que a mais de 150 anos buscam respostas eficazes e melhores condições para que as mulheres conquistem a equidade social e sua cidadania (SANTOS; SACRAMENTO,2011).

Buscar lembranças, mesmo que fragmentadas, desses momentos são importantes para ilustrar a trajetória das lutas femininas e compreender os vínculos históricos das conquistas das mulheres e seus impactos de transformações. Impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ampliando o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões nas várias sociedades (CISNE, 2014).

Neste contexto de transformações e conquistas ainda há muitas lutas a serem travadas visto que a mulher ainda sofre as mais diversas expressões da questão social.

Deste modo, a perspectiva de gênero e classe na sociabilidade capitalista é fundamental para analisar as diferentes trajetórias de vida de homens e mulheres, bem como para explicar como vivenciam o processo de envelhecimento.

1.3 Relações geracionais e o envelhecimento feminino

Os homens fazem a sua própria história: contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. Karl Max, 2011.

O debate sobre as relações geracionais, que explicita a análise sobre as etapas da vida humana (a infância, a juventude, e o envelhecimento) em um sentido amplo, destaca que a categoria geração pretende a identificação da posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização em um determinado contexto histórico (MOTTA, 2010).

A condição etária, especificamente o envelhecimento, deve ser compreendida a partir das relações verticalizadas que são estabelecidas no âmbito do modo de produção capitalista.

Motta (1999) sinaliza que “ser velho é uma situação vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração” (MOTA, 1999, p.191).

Os princípios de classificação que usamos para definir os indivíduos em sociedade, como a idade ou o sexo, apesar de parecerem naturais, são construções sociais.

A cronologização das etapas da vida foi um processo característico do período da modernidade, marcado pelo seu processo de individualização, onde as dimensões relacionadas tanto ao mundo familiar como do trabalho, as instituições educacionais, o mercado de consumo passou a ser claramente definidos e separados pela idade cronológica. A substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista contribuiu para o processo de institucionalização das fases da infância, adolescência, idade adulta e velhice (SILVA, 2008).

Para Debert (1998) o Estado Moderno teve um papel importante nesse processo à medida que as questões que faziam parte da esfera privada e familiar foram transformadas em ordem pública. Sua intervenção também pode ser vista no estabelecimento de direitos e deveres e nas políticas públicas direcionadas aos grupos etários específicos.

Deste modo, identifica-se que a idade não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, mas resultados de elaborações simbólicas que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades.

No que se refere à construção social da velhice, essa etapa diferenciada da vida teria surgido na transição entre os séculos XIX e XX. As condições para o seu surgimento se relacionam a formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido, a criação dos sistemas de aposentadoria, em geral ao aparecimento de instituições e agentes especializados na gestão da velhice consolidando a velhice como categoria etária (SILVA, 2008).

A velhice é uma categoria socialmente produzida, surge gradativamente a partir da fragmentação dos cursos da vida estabelecendo diferenciação entre as idades, atribuindo funções e hábitos específicos para cada grupo.

Através dessas análises percebe-se que o estudo da velhice em determinada sociedade, o momento específico a partir do qual o indivíduo é considerado velho, a posição social desse velho e o tratamento direcionado para essa fração da população ganham diferentes significados que dependem dos variados contextos sociais, culturais e históricos.

A utilização das categorias de identidade envolve uma verdadeira luta política, onde o que está em jogo é a redefinição de poderes ligados a grupos sociais distintos em variados momentos no ciclo da vida. A categoria velhice, é resultado de lutas entre grupos sociais, são relações de força onde cada geração luta pela distribuição de poder e privilégios entre elas (BOURDIEU 1983, apud DEBERT, 1998).

A “velhice” como problema social surgiu sobretudo, a partir de meados do século XIX, resultado do modo de organização do capitalismo. Presume-se que o salário remunera apenas a força investida no trabalho. Assim, a velhice dos operários é, então, assimilada, pelo patronato capitalista, à invalidez, ou seja, à incapacidade para produzir (LENOIR, 1996, p. 79).

A valorização da juventude e da beleza no marco do capitalismo, enquanto estética necessária para a produção de corpos úteis ao trabalho, produz estigmas que são dirigidos aos idosos. Na perspectiva da cultura hegemônica, o envelhecimento é associado a improdutividade e a incapacidade. Motta (2010) analisa que o idoso tradicionalmente, é considerado um ‘problema social’ tendo em vista que compõe um segmento da população que está fora do mercado de trabalho e, por isso, onera o sistema previdenciário e o de saúde.

Os estigmas que associam os idosos a improdutividade e a incapacidade marcaram as representações sobre o envelhecimento, conseqüentemente, o modo como os idosos são tratados no conjunto das relações sociais.

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força do trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse e a propriedade constituem, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa (BOSI, 2001, p. 77).

O homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social. Na sociabilidade do capital, fundada pela exploração, onde os trabalhadores são destituídos do controle do seu tempo de vida, com o avanço da idade cronológica e desgaste da força de trabalho, o tempo de vida de trabalho é estendido ao tempo de envelhecer (TEIXEIRA, 2008).

O envelhecimento não é uma condição que atinge a todos de forma igual. É uma realidade que transcende a história. Esse destino é vivido de maneira distinta segundo as condições materiais de produção e reprodução social que imprimem um estatuto social à velhice, ou estatutos diferenciados, conforme as classes, status e hierarquias sociais (BEAUVOIR, 1990).

Assim sendo, a velhice não é vivenciada da mesma forma para homens e mulheres, pois os papéis desempenhados por estes são construídos socialmente, o componente de gênero é fundamental para entendermos a velhice e a situação da mulher idosa. As relações de gênero levam em consideração a desigual distribuição das responsabilidades e experiências vivenciadas por mulheres e homens nas esferas da produção e reprodução social das relações sociais.

Portanto, compreender as relações de gênero implica analisar a construção social e histórica de nossa sociedade fundada em práticas sociais hierarquizadas, patriarcais, onde o masculino sobrepõe-se ao feminino. Essas práticas têm como consequência, o maior prestígio e poder para os homens e uma situação de subordinação para as mulheres, em várias esferas da vida, inclusive nas relações de trabalho, baseadas na diferenciação entre os sexos. Compreender a história das sociedades humanas perpassa pelo estudo da condição de exploração de classe e opressão de gênero (MATTOS, 2009).

As relações de gênero apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida social, considerando que historicamente foram definidos lugares sociais sexuados, a partir de dicotomias como público x privado, produção x reprodução, político x pessoal, reproduzindo desigualdades sociais (ALMEIDA, 2007).

As discussões sobre as relações de gênero permitem “desnaturalizar” e “historicizar” as desigualdades que existem entre homens e mulheres, entre idosos do sexo feminino e masculino, principalmente num cenário de feminização da velhice (MESQUITA, 2017).

A feminização da velhice está associada a maior presença de mulheres na população idosa; crescimento do número de mulheres idosas que integram a população economicamente ativa, inclusive chefes de família (NERI, 2007).

As mulheres de idade avançada enfrentam muitos desafios como o preconceito sexista e geracional que perpetua desigualdades. Enfrentam uma posição de fragilidade, pois diferem de outros grupos de idade quanto ao nível de escolaridade, apresentando menor escolarização e qualificação profissional. Diferem ainda em relação ao estado civil, sendo na sua maioria, viúvas e, muitas vezes, chefes de família. Chegam a uma idade em que a probabilidade de doenças de cuidado prolongado é maior, o que a faz depender de familiares e ou amigos. (SALGADO, 2002).

A mulher enfrenta, então, uma aposentadoria com rendimento mínimo ou nulo, viuvez ou separação, afastamento de seus filhos, sentimentos de inutilidade, provocados por todos os mitos e estereótipos existentes socialmente, quando as estruturas sociais exigem ser jovem, bonita e produtiva para participar e contribuir com a sociedade. Em geral, a mulher vivencia discriminação, pobreza, solidão, perdas e mudanças (SALGADO, 2002).

O processo de construção da desigualdade ocorre principalmente por serem mulheres e idosas configurando uma dupla vulnerabilidade, que pode ser agravada por outros marcadores sociais e raciais (DEBERT, 1994).

Segundo alguns autores, na sociedade moderna, as mulheres, com o avanço da idade e habituadas às mudanças drásticas em seu organismo, como a gravidez, a lactância e a menstruação enfrentariam melhor as transformações físicas e os homens

desenvolveriam atitudes mais afetivas. Papéis sociais, valores e atitudes considerados tipicamente masculinos ou femininos tenderiam a se misturar na velhice. Ou ainda, o envelhecimento envolveria uma feminização dos homens e uma masculinização das mulheres (DEBERT, 2013).

Portanto, as relações de gênero e geracionais enquanto expressões das relações entre as classes sociais e, conseqüentemente, da sociabilidade capitalista contribui decisivamente para determinar o lugar social da mulher e da pessoa idosa em nossa sociedade.

No início do século XX, a concepção da pessoa idosa que predominava no Brasil, era a de segregação, internações em asilos ocultavam os aspectos sociais, políticos e econômicos da população idosa. Nos anos 1960, o Serviço Social do Comércio (SESC), voltado para pessoas idosas, desenvolveu um trabalho pioneiro em um cenário de assistencialismo (VERAS; OLIVEIRA, 2018).

Segundo Veras e Oliveira (2018), a população de pessoas acima de 60 anos nos anos 60, no Brasil, que era de 3 milhões passou para 7 milhões em 1975, despertando a necessidade de mudar conceitos para incorporar os idosos, o grupo populacional que mais cresce em nosso país, de forma justa e democrática na sociedade.

Assim em 1976, aconteceram vários seminários regionais e um seminário nacional para estudar a situação dos idosos, resultando em um diagnóstico da situação da velhice no Brasil apresentado no documento, "Políticas para a terceira Idade, Diretrizes Básicas". Esse documento relata a situação da população idosa e apontando para a necessidade da criação de políticas de assistência e promoção social do idoso onde surge a implementação do Programa de Assistência ao Idoso.

Com apoio de instituições religiosas começam a surgir grupos de idosos organizados que, contando com o apoio de técnicos, passaram a se organizar dando visibilidade as causas dos idosos e iniciando as Associações de Aposentados e Pensionistas e Federações de Aposentados (MACHADO, 2019).

Nos anos 80, com a grande efervescência dos movimentos sociais, os grupos dos idosos, inspirados na participação direta, criam os conselhos dos idosos

propiciando aos grupos dos idosos uma participação ativa na constituinte (MACHADO, 2019).

Veras e Oliveira (2018) salientam que mais lembrado dos movimentos dos idosos no Brasil, aconteceu na ocasião da implantação do modelo neoliberal, em que os idosos aposentados se vêem com uma perda do poder de compra em ritmo acelerado e iniciam uma luta pelo reajuste do valor das aposentadorias:

A primeira grande mobilização que deu visibilidade à causa dos idosos, aposentados e pensionistas ocorreu por ocasião da Constituinte de 1988. Idosos de todas as partes do Brasil demonstraram sua força política nas galerias do Congresso e Praça dos Três Poderes. O movimento dos 147% (diferença no reajuste de quem ganhava acima de um salário-mínimo), foi emblemático na organização dos aposentados, sendo considerado seu ápice. Foi pautado pela mídia de maneira constante e positiva, o que contribuiu para multiplicar as adesões ao movimento e dar visibilidade às mazelas do envelhecimento. O movimento foi vitorioso, culminando com a vitória judicial, o que possibilitou uma ampliação do processo de empoderamento dos aposentados (VERAS; OLIVEIRA, 2018, p.1932).

Segundo Machado (2019), nos anos 1990, com a expansão muito rápida da população idosa, o envelhecimento passa a ser visto como um novo fenômeno brasileiro. Nesse cenário, grupos e movimentos de idosos surgem com propostas de organização, acontecendo a criação dos Fóruns de idosos na cidade de São Paulo, chegando em final de 1990, início de 2000, a vinte fóruns regionais e um Inter fórum. E em várias partes do país acontecem ações em prol da conquista de direitos. E, no campo profissional se dá a criação de cursos de gerontologia e geriatria, criados pelas universidades abertas à terceira idade e programas de atendimento à idosos em instituições privadas.

A forte participação dos idosos, por meio das Associações de Aposentados, na constituinte produziu os primeiros resultados concretos com a inclusão do artigo 203 na Constituição Federal:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à

própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL,1988).

Assim, inúmeros eventos aconteceram, dentre eles, no ano 1989 a Associação Nacional de Gerontologia realizou quatro seminários regionais e o seminário “O idoso na sociedade atual”, em Brasília, produzindo o documento “Políticas para a Terceira Idade, nos anos 1990”, que serviu de base para a formulação da Política Nacional do Idoso, que foi criada só em 1994 e regulamentada em 1996.

Foi aprovada em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei 8.742/93(11), que regulamenta o capítulo II da Seguridade Social da Constituição Federal, garantindo à Assistência Social o status de política pública de seguridade social, direito ao cidadão e dever do Estado.

A LOAS inverte a cultura tradicional dos programas vindos da esfera federal e estadual como pacotes, e possibilita o reconhecimento de contextos multivariados e, por vezes universais, de riscos à saúde do cidadão idoso. Cita o benefício de prestação continuada, previsto no artigo 20 que é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com idade acima de sessenta e cinco anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

O Estatuto do Idoso, Lei 10741, foi sancionado em 2003. Em 1997, iniciam-se as discussões entre a sociedade civil e o legislativo, uma discussão que levou oito anos até que a lei fosse sancionada. O Estatuto do Idoso destinado a regular os direitos assegurados aos idosos. Esse é um dos principais instrumentos de direito do idoso.

Após o Estatuto do Idoso, muitos outros eventos aconteceram e vem acontecendo em prol do reconhecimento dos direitos e da cidadania dos idosos unido as pautas de saúde, direitos humanos dentre outras. Em 2006 é formulada a Política Nacional de Saúde do Idoso. Em 2009 é realizada a II Conferência da Pessoa Idosa Em 2010 foi criado o Fundo Nacional do Idoso. Em 2011, em Brasília, III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”. Em 2018 foi lançado a cartinha do Idoso Atividades, Direitos, Participação e Saúde no Estado do Rio Grande do Sul unido a pauta dos idosos ao Meio Ambiente.

Vale lembrar que em 2017, acontece uma alteração no Estatuto do Idoso. Através da lei de número Lei nº 13.466 sanciona a 'garantia de prioridade' aos idosos que possuem idade maior que oitenta anos. É assegurada a prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos (BRASIL,2017)

Os eventos citados são apenas uma pequena amostra já que temos as organizações dos municípios e dos estados sendo inviável enumerar todos. O intuito é frisar a luta dos movimentos sociais como forma de legitimar os direitos e da necessidade de dar continuidade as ações para, não digo avançar, considerando nosso contexto de retrocessos, mas assegurar os direitos já alcançados visto que segundo a Organização Mundial da Saúde, populações como a das Américas ganharam em média 14 anos de vida nos últimos 45 anos (OPAS/OMS,2017).

No Brasil, a população manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada pelo IBGE no mês de setembro de 2018.

Em 2012, a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. Os 4,8 milhões de novos idosos em cinco anos correspondem a um crescimento de 18% desse grupo etário. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo).

Fatores como do avanço da medicina controlando doenças infectocontagiosas diminuiu a incidência da mortalidade e melhorou as condições sanitárias. Melhorando a qualidade de vida proporcionou o aumento da população idosa e, um declínio da fecundidade, diminuição da natalidade e um aumento da longevidade mudou assim toda a estrutura da população (CARVALHO, 2007), ocorrendo uma transição demográfica. O número de pessoas com idade igual ou mais de 60 anos ultrapassa o número de jovens ou da população considerada ativa (CARRILHO apud CARVALHO, 2007)

A nova estrutura da população com maior número de pessoas idosas em detrimento dos mais novos, além de novos investimentos, traz implicações

socioeconômicas, políticas, culturais, estratégias de desenvolvimento e sustentabilidade social em que alguns autores destacam a perspectiva da intergeracionalidade como análise.

A intergeracionalidade representa a dinâmica das relações entre as diversas gerações (infância, juventude, idade adulta e pessoa idosa) como valioso instrumento para a quebra de preconceitos, transmissão de capitais culturais e patrimoniais, saberes, valores étnicos e sociais, preservação de costumes, sustentabilidade da cidadania, desenvolvimento mútuo das gerações construindo uma sociedade mais coesa e justa (CARVALHO, 2007). É assim uma estratégia de solidariedade, cuidados com a população idosa e um caminho para o profissional do Serviço Social na busca de uma nova ordem societária, sem dominação, sem discriminação e consolidação da cidadania e da equidade social (CEFESS, 1993)

Considerando o avanço tecnológico e as consequências de subjetividades produzidas por um capitalismo econômico cada vez mais devastador que promove um distanciamento entre pessoas de diferentes gerações em função da discrepância de suas experiências pessoais produzida pela aceleração das transformações socioculturais, gerando também um distanciamento emocional e mesmo uma segregação geracional em espaços exclusivos, a falta da intergeracionalidade desencadeia uma negação de fatos históricos, de conflitos sociais, um afastamento afetivo, um estranhamento entre gerações reforçando estereótipos, preconceitos, e desequilíbrio social (FRANÇA et al, 2010) e uma desestabilização das gerações futuras criando inseguranças.

A comissão das Comunidades Europeias (2005) deu destaque ao papel da intergeracionalidade na construção de uma sociedade mais justa estabelecendo o dia 29 de abril como Dia da Intergeracionalidade na Europa. Por considerar a solidariedade entre gerações e para sensibilizar a sociedade da importância de uma melhor intergeracionalidade entre todos segmentos etários, a promoção do dia da intergeracionalidade fomenta uma visão integrada das gerações para além do espaço privado, é uma estratégia de coesão social.

Para o psicólogo Jose Carlos Ferrigno subdividir e classificar a sociedade, a princípio, demonstrou controle, porém gerou individualismo, indiferença e

distanciamento entre as gerações, criando um impacto negativo nas relações intergeracionais (CAMBUIM, CARVALHO E ARAÚJO JÚNIOR, 2017).

Para a União Europeia a projeção dos crescentes números das pessoas idosas implica em uma conquista, mas é preciso refletir não só no viver mais, mas viver com qualidade de vida. E a solidariedade entre gerações refere-se ao apoio mútuo e à cooperação entre diferentes faixas etárias a fim de alcançar uma sociedade onde as pessoas de todas as idades têm um papel a desempenhar, de acordo com as suas necessidades e capacidades, podendo beneficiar do seu progresso econômico e social da comunidade em igualdade de condições (PAÚL; CRUZ, 2013)

No Brasil, a Política Nacional do Idoso Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e o Estatuto do Idoso Lei Nº10.741, de 1º de outubro de 2003 preconizam a viabilização da participação dos idosos como forma de integração social e para a transmissão de conhecimento como forma de preservação da cultura e de identidade cultural

Art. 4º I – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações. Lei 8842 (BRASIL, 1994, p.1)

Art. 21º § 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais- Lei 10741(BRASIL, 2003, p.1)

A Política Nacional da Assistência Social consolida a importância da intergeracionalidade:

É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas não aceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, Inter territoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, 2004, p. 32)

Embora as leis brasileiras tragam a importância da intergeracionalidade e desenvolva ações no campo da educação, as universidades da Terceira Idade e Projetos de extensão envolvendo os idosos e estudantes, na Assistência Social, na modalidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos através de

atividades nos Centros de Referência de Assistência Social junto a família e a comunidade, o Doutor em Psicologia Social e especialista em Gerontologia e estudioso do tema, José Carlos Ferrigno chama a atenção para a ausência de pesquisas relativas ao tema, e para a necessidade de avançar nos estudos neste campo de conhecimento, com vistas a implantação e implementação de programas que potencializem o intercâmbio entre grupos por meio de práticas sociais (CAMBUIM, CARVALHO E ARAÚJO JÚNIOR, 2017)

Em síntese, o envelhecimento está relacionado com as mudanças a partir de critérios estabelecidos com o agrupamento de categorias definidas culturalmente, contudo a experiência do envelhecimento varia no tempo histórico, no contexto de cada sociedade bem como na condição de gênero, classe e etnia (SCHNEIDER; IRIGARAY 2008). O crescimento populacional dos idosos na sociabilidade capitalista justifica várias análises desta categoria especialmente sob o olhar de caracterização de uma expressão da questão social que traz inúmeros desafios para a atuação do assistente social na busca pela equidade social.

Retornando ao tema proposto observamos que o número de mulheres ultrapassa expressivamente ao dos homens e segundo o IBGE, a expectativa de vida da mulher tem em média de cinco anos a mais que o homem. (MERIGHI et al, 2013). Estudos indicam que as mulheres continuarão vivendo mais do que os homens. A expectativa de vida atual é de 76,2 anos na média entre homens e mulheres e poderá chegar a 81 anos em 2060. O indicador feminino, atualmente em 79,8 anos, chegaria a 84,2 anos; já o sexo oposto passou de 72,7, em 2018, para 77,9, em 2060 (IBGE, 2018).

Vale ressaltar que os enfoques sobre a categoria geracional, o envelhecimento vem sempre individualizado e generalizado. Motta (2010) chama atenção para trabalhos que se centram nas relações de gênero, inclusive os de origem feminista, em que a condição etária ou geracional é quase invariavelmente omitida. Observação que respalda a importância da reflexão proposta, considerando que a condição de gênero interseccionada com a geracional deflagra diferentes situações onde a mulher idosa vivencia diversas violências provenientes das relações de poder tanto na sua situação de gênero como na geracional (MOTTA, 2010).

Mas para além da importância da reflexão sobre a interseccionalidade das categorias gênero e geracional e suas inúmeras violências impostas a mulher idosa, é necessária uma reflexão que incorpore a dimensão crítica desses sujeitos e suas construções sobre suas participações sociais enquanto protagonistas de mudanças ou de reprodutores da sociabilidade capitalista.

Assim, no capítulo que se segue apresentaremos como as mulheres idosas participantes da pretendida reflexão entendem o seu papel social nos espaços coletivos e privados.

CAPITULO 2

O papel social da mulher idosa: a percepção das idosas atendidas na Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda (AAPVR)

2.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa

A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.
EDUARDO GALEANO (2006)

A pesquisa recortou o objetivo geral de conhecer a percepção das idosas atendidas na Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda (AAPVR) participantes dos grupos de convivência sobre a relação entre a relação entre papel social da mulher, envelhecimento e participação social.

Construímos os seguintes objetivos específicos: a) identificar a compreensão das idosas sobre o papel social da mulher na família e na sociedade; b) conhecer a compreensão das idosas sobre os espaços de participação da mulher na sociedade; c) identificar as trajetórias de participação social da mulher idosa na velhice e seus impactos no exercício do seu papel social.

A pesquisa apresentou abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2019), é uma abordagem que se preocupa em entender os fenômenos sociais a partir dos significados atribuídos pelos indivíduos. Assumindo as reflexões de Debert (1999), consideramos ser esse tipo de estudo adequado para compreender os significados atribuídos pelo próprio sujeito que vivencia determinados fenômenos.

Sendo assim, esse tipo de pesquisa aprofunda o estudo da temática, pois trabalha com a percepção, a visão de mundo dos entrevistados acerca de determinados temas que se relacionam aos objetivos do estudo.

O principal instrumento para obter os dados almejados foi a entrevista semiestruturada. A entrevista é a estratégia mais usada na pesquisa de campo para obter as informações relacionadas ao objetivo da pesquisa. A entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão (MINAYO, 2019, p.59).

Após submissão ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, o projeto de pesquisa foi aprovado e a realização da pesquisa de campo foi autorizada sob o número CAAE 12029318.0.0000.5237.

A amostra da pesquisa foi composta por um terço das participantes dos grupos de convivência do CPSI da AAPVR. Assim, do total de cinquenta participantes, entrevistamos dezessete (17) mulheres idosas. Foram convidadas a participarem da pesquisa. As idosas foram devidamente esclarecidas acerca dos objetivos do estudo e o sigilo das suas identidades. Aquelas que aceitaram conceder a entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Vale destacar que uma via foi entregue a cada idosa e a outra arquivada pela orientadora da pesquisa.

Elaboramos um roteiro da entrevista, composto por oito perguntas que nortearam a captura dos significados atribuídos pelas idosas.

Objetivando traçar um perfil das entrevistadas, utilizamos também um questionário com as seguintes indagações: idade, cidade de nascimento e de moradia, estado civil, tipo de renda, profissão e composição familiar.

As entrevistas foram realizadas individualmente e as falas foram gravadas, em seguida, transcritas com a total fidelidade de suas expressões e conteúdo. As gravações foram apagadas e o material transcrito foi entregue para a orientadora para fins de arquivamento.

Todas as idosas que participaram da pesquisa se mostraram interessadas, receptivas, curiosas e atentas durante a realização da entrevista.

No momento da apresentação e análise dos resultados da pesquisa, em função da necessidade de manutenção do anonimato das participantes, adotamos a denominação de “entrevistadas”, utilizando uma ordem numérica para explicitar suas falas.

As respostas das idosas foram agrupadas em três eixos temáticos a) os significados atribuídos às relações de gênero e geracionais; b) o processo de envelhecimento e o trato destinado à mulher idosa; c) a percepção sobre o papel social da mulher idosa.

Assim, identificamos as especificidades e congruências das falas das idosas. As análises dos significados atribuídos pelas idosas às temáticas propostas foram realizadas à luz das reflexões teóricas explicitadas no primeiro capítulo.

2.2 Resultados da Pesquisa de Campo: a percepção das idosas atendidas na AAPVR

Quem são as idosas que participaram da pesquisa? Vejamos o perfil das entrevistadas.

Em relação à idade, verificamos que 35% das participantes estão na faixa etária de 70 a 79 anos; 35% das idosas têm de 80 a 89 anos; 24% das entrevistadas estão entre a faixa etária dos 60 a 69 anos; e, acima de 90 anos, encontramos 6% das idosas.

Constatamos que a totalidade das entrevistadas mora na cidade de Volta Redonda. Acerca da cidade de origem de nascimento, apenas 18% são Voltaredundenses. A maioria (82% das idosas) declarou que mudou para Volta Redonda com suas famílias em busca de trabalho.

Verificamos que a totalidade das idosas declarou que não estão inseridas no mercado formal de trabalho. No curso da entrevista, 36% se reconheceram enquanto “donas de casa”. Na abordagem sobre a questão trabalho, 11,8% declararam que trabalharam, na condição de autônoma, na atividade de vendas; 5,8% trabalharam na função de auxiliar de compras e 5,8% citaram que trabalharam nas funções de manicure, enfermagem, professora, artesã, auxiliar administrativo, auxiliar de administração, auxiliar de escritório, costureira e contadora.

Em relação ao estado civil, 47% das entrevistadas declararam que são viúvas; 24% declaram que são divorciadas, 24% disseram que são casadas e 5% se declararam solteiras.

Acerca da situação previdenciária, 47% das idosas disseram que são aposentadas; 23% são pensionistas, 18% possuem aposentadoria e são pensionistas e 12% declararam não possuir renda própria, ou seja, somente o marido possui renda.

Em relação à composição familiar, 47% das entrevistadas declararam morar sozinhas e 53% das idosas, declaram morar com familiares.

Assim, estamos diante de idosas que, em sua maioria, são viúvas, aposentadas e residem com familiares.

2.2. 1 Significados atribuídos às relações de gênero e geracionais

Na perspectiva de conhecer os significados das idosas a respeito do “ser mulher” e do “ser mulher idosa”, indagamos as entrevistadas sobre tais temáticas.

Constatamos que 70% das participantes associaram os significados sobre o “ser mulher” a tarefas vinculadas ao cuidado de familiares (esposo, filhos e netos) e a execução de afazeres domésticos. Verificamos que 30% das entrevistadas, além das tarefas relacionadas ao cuidado e afazeres domésticos, incluem a inserção no mercado formal ou informal de trabalho enquanto atributo que configura o significado de “ser mulher”. Destacamos que apenas uma entrevistada cita o esforço das mulheres pela luta por seus direitos.

Assim, a figura feminina aparece, nos discursos da totalidade das idosas entrevistadas, enquanto responsável pela execução de atividades de educação e cuidado. O significado sobre o “ser mulher” está associado, então, ao papel social atribuído a mulher na sociabilidade moderna. À mulher tem sido delegado papéis relacionados ao trabalho doméstico e cuidado de sua prole. É notório, então, que as idosas entrevistadas apreenderam a cultura hegemônica que forjou as relações de gênero na sociedade capitalista, não apresentando criticidade sobre os papéis sociais a ela impostos nas suas respectivas trajetórias de vida.

“É ser mãe, ser uma pessoa, ser esposa! Ser gente! “
Entrevistada nº 17

É (...) sempre estar pronta a servir, em todos os momentos e lutar por ela mesmo”.
Entrevistada nº 8

O que é ser mulher, (...) o que é ser mulher (...) é ser gentil! Até pro marido que não é gentil (...) ser mulher é tudo de bom na vida! Sabe? Cuidar das pessoas, ter carinho com as pessoas, ter amor, ter fé em Deus, ter esperança que um

dia as coisas melhoram! Ser mulher é ser guerreira. Ser mulher é tudo de bom! é ter família, construir família, e se ficar sozinha (...) vai batalhar pra conseguir alguma coisa de bom na vida!
Entrevistada nº 12

Diante de tais colocações podemos observar que a maioria compreende o “ser mulher” enquanto expressão de construções sociais que mantêm a mulher ligada à sua condição de cuidadora e “do lar”. A minoria fala do ‘ser mulher’ a partir da perspectiva da sua emancipação, reconhecendo a mulher como sujeito de direitos e ser capaz de tomar suas próprias decisões.

Olha! Houve um tempo que eu pensava que ser mulher era um castigo, até que...eu me conscientizei que eu sou um ser humano...que eu tenho que eu sou dona de mim! Que eu só ia sofrer se eu me deixasse sofrer.
Entrevistada nº 2

Alda Britto (2001) descreve tais construções como um resultado de diferentes vivências sociais que entrelaçam ao longo da história e das trajetórias de cada uma configurando nuances de subordinação e libertação, conformismos e de enfrentamentos (BRITTO, 2001).

Em relação aos significados atribuídos pelas idosas entrevistadas ao processo de “envelhecimento”, constatamos que 41.5% das idosas citam as consequências negativas do envelhecimento relacionadas às condições de saúde, em especial os referentes à falta de capacidade física para execução das atividades rotineiras. Verificamos que outros 41% apresenta um discurso de negação do processo de envelhecimento, destacando que não se percebem idosas. O envelhecimento foi associado por 11.7% das participantes à violência sofrida no âmbito familiar quanto em espaços públicos. Por fim, constatamos que 5.8% das entrevistadas vinculam o processo de envelhecimento à possibilidade de serem cuidadas por terceiros, identificando positividade na inversão de papéis sociais.

Podemos ilustrar com a fala das idosas:

Também é difícil! Porque o envelhecimento traz pra gente problemas de saúde! É complicado também.
Entrevistada nº4

Eu não sinto que tô envelhecendo, eu sinto que estou renovando!!!
Entrevistada nº 3

É evidente, então, que os significados ao envelhecimento atribuídos pela maioria das idosas entrevistadas reproduzem as representações sociais hegemônicas sobre fenômeno, quais sejam, a desclassificação da fase da velhice tendo em vista as limitações impostas pelas fragilidades na saúde e a perda da capacidade produtiva.

Nas repostas sobre a vinculação do “ser mulher” com o “processo de envelhecimento”, observamos que 70.6% das idosas não destacaram peculiaridades do “ser mulher idosa”. Em seus discursos, na ocasião das respostas as perguntas sobre tal temática, mantiveram questões relacionadas apenas ao envelhecimento e seus impactos nas condições físicas. Capturamos que, em 29.4% das entrevistadas, os significados atribuídos ao “ser mulher idosa” estão relacionados à sua imagem estética. As idosas mencionam rugas, cabelos brancos e flacidez do corpo, por exemplo, para falar sobre o que é “ser uma mulher idosa”.

Quarenta anos! Eu até já falo... lá em casa não tem mais espelho! Por que eu tenho quarenta anos e olho lá, lá tem um maracujá de gaveta, lá e não sou eu!! Muitos risos!
Entrevistada nº14
Ah!! É a flacidez! Risos A gente fica toda balangando!! Risos
Entrevistada nº8

Assim, observamos que a maioria das idosas se mostram críticas acerca das experiências vivenciadas no bojo do envelhecimento feminino. Outrossim, as que produzem conexões entre “ser mulher” e “ser idosa” reproduzem representações sociais que reforçam o estereótipo que valorizam o feminino a partir da beleza corporal:

Segundo Isolda Belo (2013), em busca de revalorização da pessoa idosa, existe uma tentativa de consenso onde o envelhecimento se associa a apenas aspectos positivos. Com discursos divulgados pela mídia vinculando essa fase da vida a “melhor idade”, omite-se várias dificuldades presentes nesse momento da vida. (BELO, 2013).

Prosseguindo com sua análise, a autora salienta que tais discursos formam um ‘consenso ilusório’ e, simultaneamente, homogeneiza o envelhecimento prescrevendo um comportamento aos idosos de produtivos e saudáveis, escamoteando inúmeras desigualdades e condicionantes relativos à saúde, longevidade, formas de

enfrentamento das dificuldades cotidianas do envelhecimento e de gênero (BELO, 2013).

Nas narrativas apresentadas pelas idosas, observamos algumas implicações do envelhecer que ressaltam a contradição entre ganhos e perda, a violência familiar, a dependência as limitações e certa negação do envelhecimento. Confirmando as considerações de Faleiros (2013), as respostas nos expõem com clareza a necessidade de abordar o envelhecimento em uma perspectiva multidimensional considerando as variáveis que diferenciam o envelhecimento sobretudo na condição de gênero. E ainda, ressaltar o quanto a proposta do envelhecimento ativo mencionado acima, que é uma discussão ampla para um outro momento, nos remete a uma ideia de trajetória harmoniosa opondo-se aos relatos das entrevistadas.

Atentando para a construção identitária da mulher forjada na sua função natural de conceber, de cuidadora, do lar, na repressão social, Britto da Motta (2011) questiona o conceito de envelhecimento ativo, que no atual contexto apresenta-se como um condicionante socioeconômico e cultural, como forma de analisar as dificuldades da realidade da mulher, dar visibilidade as questões específicas da mulher idosa sobretudo a necessidade de romper com os estereótipos sociais que dificultam os atendimentos de suas demandas.

2.2.2 O trato destinado à mulher idosa na família e na sociedade e suas dificuldades

O segundo eixo aglutinou indagações que intencionaram capturar as percepções das idosas sobre as seguintes questões: a) como a sociedade e a família tratam a mulher e a mulher idosa; b) dificuldades por “ser mulher” e “ser mulher idosa” enfrentadas na família e na sociedade.

Acerca da forma como a mulher é tratada na família, constatamos as seguintes percepções da idosa: 30% cita que a mulher sofre discriminação; 18% responde que são bem tratadas no âmbito familiar; 11% sinaliza que a mulher é tratada com violência no universo doméstico; 12% responde que a mulher sofre machismo na

família; 12% afirma que a mulher é respeitada por familiares; 12% é tratada com igualdade pelos seus pares e 5% responde que a mulher é tratada como liderança na família.

Assim, observamos a incidência de aspectos negativos em 53% das falas das idosas ao que se refere ao trato destinado à mulher no universo familiar.

Tem de todos modos e jeitos. Uns são revoltantes!

Entrevistada nº1

Até hoje eu não vi diferença não! Com exceção do ex-marido! Ele era machista, ele era...ele era tudo, né? Ele achava que a mulher tinha que ficar dentro de casa, trabalhando, não podia sair de casa nem pra fazer um exercício físico porque já estava vadiando, e tudo isto!

Entrevistada nº 15

Eu acho que não trata muito bem, não... Acha que mulher é só pra fazer as coisas dentro de casa e eu, eu acho que não é isso! Mulher pode ser muito mais que fazer as coisas dentro de casa!

Entrevistada nº13

Em 47% das falas são citados aspectos positivos para caracterizar a forma que a mulher é tratada na família.

Olha! Os meus filhos, quatro mulheres e um homem! Graças a Deus eu consegui que eles respeitassem a mulher. Eles me respeitam e apoiam em tudo.

Entrevistada nº2

Bom! Minha família, tá sempre colocando as mulheres, né! Nós somos lá em casa cinco mulheres, né! Elas estão sem primeiro lugar! Elas que comandam tudo, administrada tudo, então!!!

Entrevistada nº4

Constatamos que as idosas tentem a destacar, em sua maioria, aspectos negativos para descrever o que pensam sobre a forma como a mulher é tratada na sociedade: 84% citam que a mulher é discriminada, sofre violência e injustiças, é desqualificada intelectualmente, é vítima da desigualdade de gênero, é rejeitada, excluída e maltratada.

Na sociedade.... é machista, né! as mulheres sempre tem que lutar mais!

Entrevistada nº8

Na sociedade ainda continua excluindo em algumas coisas!

Entrevistada nº15

Na sociedade a gente sabe que tem muitas injustiças, né?

Entrevistada nº7

As idosas que citam aspectos positivos somam 16% das entrevistadas, que destacam que a mulher é bem tratada na sociedade e ainda exerce poder sobre os homens.

tem uns homens meio bobões aí, mas... a gente domina eles! Risos
Entrevistada nº14

Vale ressaltar que 53% das idosas não souberam ou não quiseram relatar suas percepções sobre o trato destinado às mulheres idosas na família e na sociedade. Observamos que a maioria das idosas, então, se esquivou de compartilhar suas percepções sobre a temática.

Das entrevistadas que compartilharam suas visões e experiências sobre a forma como a mulher idosa é tratada na família e na sociedade, observamos que 99% das idosas ressaltam que são respeitadas e recebem cuidados em função da idade no âmbito familiar.

A minha família (...) eu sou a única sobrevivente de uma geração (...), então no momento sou muito paparicada. Como representante da minha geração, me chamam pra tudo e acrescentam: a senhora é única viva! Então vamos lá!

Entrevista nº 2

A minha família trata com muito respeito. Porque não tem coisa melhor que dá amor, carinho a uma pessoa idosa, por que se ela está ali se ela está presente ela necessita de um apoio moral uma coisa boa pra vida dela.
Entrevistada nº3

As considerações de Carvalho (2017) a respeito da importância da família para o idoso nos ajudam a analisar os dados. A autora lista a proteção, o afeto, a intimidade, a identidade social e o sentimento de pertencimento proporcionado pelo vínculo familiar que refletem em consequências positivas na saúde da pessoa idosa, pois aqueles que têm mais proximidade com suas famílias vivem mais, com mais saúde e com alegria.

Constatamos que uma idosa resalta a violência patrimonial sofrida na família para emitir sua opinião em relação à forma como é tratada no âmbito doméstico.

Tem família que trata muito bem, mas tem outras famílias que trata mais por interesse, entendeu? Principalmente se a mulher idosa é aposentada, vão mexer no cartão de crédito! Se ela tiver um cartão!! Aí o tratamento é completamente diferente, né!
Entrevistada nº7

A violência patrimonial é reconhecida enquanto crime pela Lei nº 11.340/06. A Lei Maria da Penha expressa a violência patrimonial como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades. Essa forma de violência ainda é pouco conhecida e, muitas das vezes silenciadas pelas idosas por não entenderem como uma violência. Segundo José Olindo Gil Barbosa, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Teresina, pela sua gravidade, a violência patrimonial recebe o mesmo tratamento dos crimes contra o patrimônio, tal como furto e roubo previsto no Código Penal (IBDFAM, 2018)

Entretanto, quando as idosas falam sobre a forma como são tratadas na sociedade, revelam aspectos negativados para caracterizar essa relação. Citam a violência, a rejeição, a discriminação, a marginalização, a falta de respeito.

Não, a gente vê, principalmente os jovens, adolescente são bem malcriados, e até sem educação, vamos pôr assim, eu acho uma falta de respeito e educação.

Entrevistada nº8

A sociedade não aceita a gente! As mulheres idosas são rejeitadas! Tem estabelecimentos que já olha para pessoa idosa e já rejeita! No ônibus nós somos rejeitas! Muitas das vezes ônibus passa e deixa as mulheres idosas no ponto, eles não dão atenção que nós merecemos.

Entrevistas nº4

Perguntadas acerca das dificuldades que elas vivenciaram enquanto mulheres em suas trajetórias, 35% responderam que não se lembram de nenhum momento para narrar. Em relação às dificuldades enquanto mulheres idosas, 47% delas não falaram ou não se lembraram de nenhum momento.

Assim, 65% das entrevistadas narram dificuldades, por exemplo, relacionadas à violência doméstica, ao machismo, a falta de escolarização e inserção no mercado de trabalho bem como sobre dificuldades relacionadas à perda de saúde.

Constatamos que vários tipos de violência foram citados pelas idosas: violência física, psicológica, cerceamento de liberdade, discriminação por ser mulher e repressão.

Não, eu assim, meus pais eram *hiper-rigorosos*, sabe? Assim... eu fui assim, é a gente morava na roça, né! Eu ia à missa de noite! Só ia no domingo, a missa de noite! E assim, ele... a gente tinha ordem de chegar em casa até

nove horas da noite, a missa acabava as oito, era quase uma hora andando a pé lá da roça até na igreja, lá dentro da cidade, e se você chegasse nove e cinco você pagava um castigo !Você tinha um castigo! É! Eles eram hiper-rigorosos! Tanto é, que eu vim pra volta redonda e aqui eu continuei me mantendo assim! Eu vim pra cá e vim morar, eu morei com duas primas, tipo assim... como é que fale mesmo... eu e mais duas primas ...é... uma república! Então, eu e mais duas primas! Então, eu nunca, assim, eu, é quando eu tinha namorado, eu nunca deixei ele passar de nove horas em ponto, eu tinha que está dentro de casa! sabe? Eu o mandava ir embora e eu entrava! Cinema!! eu nunca fui com um namorado no cinema aqui em volta redonda com medo de alguém conhecido meu me vê com namorado no cinema e contar pros meus pais lá em minas! Olha só como a gente foi criada! Então, graças a Deus, ...eles foram muitos rigorosos com a gente! Entrevistada nº11

Aquilo que eu digo: foi difícil! Eu queria cuidar dos filhos! Eu não queria separar dos filhos! E eu achava, eu acho que eu ainda era daquele tempo que achava que a mulher tinha que aceitar tudo pra poder ter o lugar dela! Foi difícil! A minha defesa foi Deus! Foi através das psicólogas, e também da defensoria pública que me defenderam! Foi logo quanto entrou aquela Lei, a Maria da Penha! Então ali eu comecei a ganhar força! Sim, meu marido me batia muito! Ali eu comecei a ganhar força e ver que mulher ela não podia ficar quieta! Apanhar e ficar quieta! Comecei a me soltar e foi me libertando aos poucos! Mas não foi fácil! Não! (...)Eu acho que isso vem vindo do tempo, como diz, do tempo lááá com fomos criadas, de como éramos crianças, que a mulher tinha que omitir, ...e do modo mesmo da nossa criação! Porque eu fui irmã de quatro mulheres e seis homens, e foi aquilo que eu falei os homens eram tratados diferentes, sim, das mulheres! E aquilo foi gerando em mim um tipo de revolta, né! Por que eu sou mulher? Por que eu não sou homem também? Mas no momento, em que eu falei que eu fui conquistando a minha liberdade e mulher também tem direito, os seus direitos e valores eu me libertei de muita coisa e procurei nunca transmitir isso pra filha!
Entrevistada nº 15

A repressão e a desigualdade de gênero configuraram a violência doméstica vivenciada ainda na infância que, transferidas para a vida adulta, se transformaram em sequelas:

Todo santo dia as seis e meia eu já tô trancada dentro do quarto, sabe? Não saio pra lugar nenhum, nenhum, sabe? O único lugar que ainda venho é aqui na associação.
Entrevistada nº11

Segundo o Atlas da Violência divulgado pelo IPEA (2019), constata-se um aumento de 28,5% dos homicídios de mulheres. A maioria dos homicídios ocorreu dentro de casa, caracterizados enquanto feminicídio a partir da violência doméstica. Entre 2012 e 2017, o instituto aponta que a taxa de homicídios de mulheres fora da residência caiu 3,3%, enquanto a dos crimes cometidos dentro das residências aumentou 17,1%. Já entre 2007 e 2017, destaca-se ainda a taxa de homicídios de

mulheres por arma de fogo dentro das residências que aumentou em 29,8% (CARVALHO, 2019).

O machismo também foi citado pelas idosas quanto narram suas dificuldades de ser mulher. A mulher acreditava que não poderiam reagir a condições impostas pelo marido, pois seriam malvistas pela sociedade. Assim, o medo a cerceava.

(...) Porque a primeira coisa que as mulheres pensavam: Ah! se eu falar com os outros eu vou ficar excluída, marcada! Então era o caso das mulheres se omitir! Como o meu (caso) tem muitas por aí!
Entrevistada nº15

Segundo Saffioti (1987) a submissão é falta de perspectiva criada pelo conjunto de condicionamentos cerceadores impostos a mulher na sociabilidade capitalista.

Destacam que uma das consequências do machismo é a falta de concessão de autonomia para decisões. Falam da proibição de trabalhar fora e da imposição do casamento:

(...), mas meu pai falava que a mulher que não aceitava casar com quem a família escolhia era a mesma coisa de escolher o farelo do que o fubá bom! E eu falava com ele do que adianta ficar com o fubá e não ficar satisfeita! Melhor ficar satisfeita com o farelo. (...) muitas que os maridos não tratavam bem! Muitas mesmas!
Entrevistada nº17

Sim. e porque eu tentei no início da...olha! Eu sou, me casei anterior a década de sessenta então, a mulher era muito cerceada, né?! Eu trabalhava fora, tinha meu salário, eee... de repente! tive que ficar fechada em casa. Eu sou do tempo em que "MULHER MINHA NÃO TRABALHA FORA", entendeu? Hoje não mais. Pela minha idade, não! Mais no meu tempo de jovem enfrentei muitas dificuldades. Não é tanto mais, né? Já existiu muito mais! porque já foi muito mais difícil. Pelo machismo. É sendo a gente mesmo, se impondo! Conheci muitas! Conheço muitas! Muitas que se recolheram, e até concordam em (...) ser submissa é mais fácil!
Entrevistada nº2

As idosas citam ainda dificuldades que retratam a discriminação por ser pobre e por falta de escolaridade:

Eu já tive dificuldade de encontrar um médico! E às vezes eu sou assim maltratada porque não está bem vestida. Eles me olharam, assim com um jeito... assim, eu não gostei, no entanto, eu voltei lá mais tarde, um pouco mais bem arrumada e foi bem recebida! Talvez, o grau ali de, vem a pobreza, vem a riqueza, né? Alguma coisa assim de que complica um pouco! A pessoa

tendo um pouco menos de *estabilidade* pra poder comunica com as pessoas elas são bem rejeitadas nesse sentido...
Entrevistada nº4

As dificuldades apresentadas pela maioria das entrevistadas por ser mulher idosa estão relacionadas à vivência do preconceito. Citam que a pessoa idosa é tratada como inútil e incapaz de realizar tarefas.

Já enfrentei preconceito no banco, já enfrentei preconceito na clínica, já enfrentei, enfrento preconceito, às vezes, na família! Ééé!! é isso ai! Porque eu acho que atualmente, não todos, mas há certos jovens, certas pessoas mais novas que acha que o velho é inútil! Ele ficou velho, ficou idoso ele não serve mais pra nada! Ele é pra ficar dentro de casa fazendo tricô ou rezando! Mais nada! E eu não sou assim! Eu sou ativa!! Eu faço tudo que uma pessoa de quarenta anos faz, ou até às vezes mais novo! Sou muito ativa.
Entrevistada nº6

A percepção das idosas sobre a dificuldade de lidar com o preconceito que compreende a pessoa idosa enquanto sujeito incapaz reflete o próprio significado atribuído pela sociedade capitalista acerca do processo de envelhecimento. Helena Moura (2013), discorre que a representação determinada pela sociabilidade capitalista que associa o idoso a incapacidade traz a desvalorização social, conduzindo a uma perda de cidadania e de seu espaço no cotidiano público, e muitas das vezes, no privado.

A perda da saúde foi citada pelas participantes como dificuldade enfrentada no processo de envelhecimento.

...Porque a idade traz sérios problemas pra gente, né? mas nem por isso devemos nos acomodar! Dores, desânimo, cansaços sempre tem sim! E eu procuro não me entregar a isso!...
Entrevistada nº15
...é uma ... fase, assim... muuuito preocupante, né? Mas a gente...eu tenho plano de saúde, meus filhos pagam meu plano de saúde, aí eu procuro medico direto (...)então, eu procuro sabe, assim, como a gente fala? Ééé... me cuidar em todos os sentidos!
Entrevistada nº11

2.2.3 A percepção sobre o papel social e a participação da mulher idosa: a inserção da mulher na vida social.

Objetivamos, por fim, conhecer o significado atribuído pelas entrevistadas acerca do papel social e a participação da mulher idosa na vida social. A proposta foi a de conhecer a compreensão sobre os espaços de participação da mulher na sociedade, sobre as trajetórias de participação social da mulher idosa na velhice e os impactos no exercício do seu papel social.

Depuramos que 48% das idosas identificam que o papel social da mulher é ser cuidadora da família ou da família extensa na ocasião do seu envelhecimento.

O papel da mulher idosa (...) é sempre assim, querendo cuidar dos outros irmãos mais jovens, cuidar de netos, sobrinhos, se tiver os pais, né? cuidar dos pais! Sempre família, né!
Entrevistada nº7

Constatamos que 29% das entrevistadas percebem o papel social da mulher idosa como aquela que tem a responsabilidade de mediar os conflitos em suas famílias, sendo identificada enquanto a matriarca e, por isso, recebendo o respeito de seus familiares. Outras 23% das entrevistadas, identificam que o papel social da mulher idosa é o de transmitir a cultura, a experiência de vida e bons exemplos para seus familiares.

Olha! Nas famílias tradicionais ela é o pilar! É, ela é ouvida quando..., ela é aquela que faz as pazes dos que brigam, aproxima os que estão ausentes, ela é o pilar! De maneira geral ela é o pilar, mesmo das famílias que não são muito tradicionais, quando tem um... vamos dizer um... entrevejo é ela que aproxima!!
Entrevistada nº2
Ela é pra mim é um exemplo de vida e de experiência de vidas, como eu falo?... Qual o termo que eu uso...é experiência de vida...pode... são transmissão ...é de cultura, ela pode ser uma analfabeta mais a vivencia dela traz uma experiência de vida muito grande pra gente!!
Entrevistada nº8

Identificamos que 59% idosas citam experiências de inserção e participação em espaços coletivos da vida social 41% afirmam que não participaram desses espaços.

As idosas que participaram ou participam de espaços coletivos da vida social mencionam o grupo de convivência da AAPVR, partidos políticos, movimentos de mulheres, Fórum de resistência, movimentos sociais, manifestações públicas e pastorais da Igreja Católica.

A maioria das idosas identifica a importância desses espaços para a promoção da interação social e para a troca de experiências. Apenas uma idosa cita que tais espaços são importantes para a luta pelo reconhecimento dos seus direitos.

Eu participo de grupo aqui na associação e na igreja eu também já participei! Ajuda muito! ajuda abri a mente! a gente fica mais confiante! Anima! Política não! Apesar que eu participei por que eu votei!
Entrevistada n 17

Vale destacar que duas idosas negativaram as suas experiências em partidos políticos. Uma afirmou que participou apenas por interesses de seus familiares, mas que não gostou da experiência. A outra verbalizou que não se identificou com a demagogia, a falsidade e a corrupção que observou no partido político.

Eu já participei de partido político. Foi bom! Eu participar! Mas houve muita discussão, ninguém chegava a acordo nenhum. Eu participei por que foi família que candidatou, pra dar uma força, mas não vi vantagem não.
Entrevistada nº4

As idosas que declararam que não participam ou participaram de espaços coletivos, justificaram seus posicionamentos de diferentes formas: que não gostam ou que não acreditam na política; que não tinham tempo para fazê-lo em função do trabalho e do cuidado com a família; que não identifica que tal participação é papel da mulher; que não identificam sentido e importância desses espaços ou por que não tiveram oportunidade.

Não, porque político, então minha filha, não acredito em nenhum! nunca acreditei, agora então? E agora não acredito nunca mais. Mas em outros meios, não... porque eu sempre tive uma vida que tive que trabalhar muito pra criar meus filhos, não tinha tempo quando era mais nova
Entrevistada nº 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletimos que o ser social “mulher” assim como ‘ser social idoso’ são construções da sociabilidade capitalista, ainda que, marcados pela heterogeneidade dos condicionantes socioeconômicos, étnicos, classe, dentre outros, os estereótipos hegemônicos cerceadores são os que prevalecem na contemporaneidade.

Tais estereótipos significam a mulher a partir de suas características biológicas e atreladas o seu papel social ao âmbito doméstico. Os estereótipos hegemônicos associam a pessoa idosa à incapacidade e à inutilidade para o mundo do trabalho, que acaba se estendendo para os mais diversos espaços da vida social. Assim, a mulher que vivencia o processo de envelhecimento é submetida a diversas desigualdades sociais e estão em situação de desvantagem social.

Os resultados da pesquisa indicam que as idosas entrevistadas apresentam concepções que reproduzem ideias tradicionais e conservadoras sobre o que é ser mulher e ser mulher idosa.

Os significados acerca do papel social da mulher estão vinculados ao âmbito doméstico, ou seja, identificam que a mulher tem a função de atender as requisições familiares, sendo responsável pela proteção e cuidado do marido, filhos e netos. Nesse sentido, podemos afirmar que receberam influências, em suas trajetórias de vida, de representações sociais hegemônicas sobre os significados atribuídos às relações de gênero e geracionais, o que indica o quanto são influenciadas pelo contexto social na qual estão inseridas.

Acerca do envelhecimento, observamos que grande parte das idosas compreendem que esta etapa da vida é uma continuidade do exercício de suas funções no espaço privado. Ficou evidente ainda na fala das idosas a negatização das consequências e dificuldades próprias do processo de envelhecimento bem como da dependência de terceiros para o cuidado, em especial ao que se refere a saúde.

Consideramos que tal negatização pode estar associada a diversos elementos: as limitações geradas pelas mudanças físicas, o padrão de beleza imposto a mulher,

o discurso do envelhecimento ativo e saudável, os preconceitos e discriminações vivenciados.

Apesar das participantes identificarem que são maltratadas tanto no âmbito público e privado pela sua condição de mulher e de mulher idosa, identificamos suas dificuldades de expressar suas reais necessidades e situações de vulnerabilidades sociais vivenciadas. Lembrando que 53% das entrevistadas não opinarem a respeito de suas percepções sobre o trato destinado às mulheres idosas na família e na sociedade traz uma inquietação. Além da dificuldade real de expressar suas necessidades, consideramos o silêncio uma afirmação da construção social imposta a mulher e a mulher idosa que as limitam repensar práticas que as cerceiam e as violentam cotidianamente, reproduzindo a submissão feminina, bem como a da pessoa idosa.

As entrevistadas identificam os espaços coletivos como possibilidade de interação social. Mas é somente uma inserção da mulher idosa na comunidade, nos espaços públicos, pois na maioria das falas das idosas não aparece a vinculação entre a sua participação nos espaços de convivência e/ou nos espaços coletivos como uma manifestação política ou possibilidades de enfrentamento e de lutas pelos seus direitos.

Frente aos significados atribuídos acerca do papel social e participação da mulher idosa, podemos levantar a hipótese de que as idosas não foram submetidas, a processos que problematizassem criticamente as relações de gênero e geracionais. As reflexões dos movimentos feministas ou dos movimentos de lutas pelos direitos dos idosos não alcançaram as representações das idosas a ponto de alterar os significados por ela construídos acerca do lugar social ocupado enquanto mulheres idosas.

Sendo assim, é preciso que a intervenção do Serviço Social com a população idosa esteja pautada na emancipação da mulher idosa, da pessoa idosa, como um sujeito pleno de direitos e capaz de mudanças.

Aos assistentes sociais é necessário ir além da integração das idosas aos espaços coletivos, mas usar de sua relativa autonomia para despertar questionamento e problematizações sobre as estruturas do capitalismo e suas produções de desigualdades e preconceitos, despertando reflexões e participações mais críticas.

A população idosa não se resume em fragilidades naturalizadas pelo capitalismo. A mulher idosa não se resume na sua condição de mantedora da harmonia familiar ou de continuo cuidado. É preciso potencializar suas vivências, suas vozes e suas capacidades, principalmente a de participação, fomentando sua criticidade e despertando problematizações a respeito da importância de seu papel social, não só no meio familiar, mas em todos espaços sociais.

Portanto, refletir sobre o papel da mulher idosa não tem a finalidade de fragmentação, mas sim de analisar a subjetividade dessa parcela da população, bem como suas construções a respeito da importância das lutas sociais, dos coletivos e da sua importância na sociedade com o objetivo de desvelar suas demandas.

Assim, entender os significados dado pelas idosas de seu papel social, é construir subsídios para que profissionais do serviço social desenvolvam estratégias de intervenção balizadas na emancipação, na luta, na resistência que visem a dignidade do sujeito de direito, a mulher idosa e de uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, P.S.A. **Construção da maternidade no Instagram**: uma análise dos perfis “Mãe de Sete” e “A Maternidade”. 2018. Monografia. Curso de Jornalismo. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana- MG: 2018.

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BLAY, E.A. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas** Florianópolis v. 9, n. 2, p. 601-607, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104 Acesso em: 02 de setembro de 2019.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 28 de mar 2019.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 28 de mar 2019.

BRASIL. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível prevenir. É necessário superar. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Brasília, DF: 2014. Disponível emfile:///C:/Users/Cristiano/Downloads/Manual%20de%20Enfrentamento%20%C3%A0%20Viol%C3%A0ncia%20contra%20a%20Pessoa%20Idosa.pdf: Acesso em: 25 de agosto de 2019.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília,DFhttp://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso em: 08 de abril de 2019.

BRUNET, A.E. et al. **Práticas sociais e significados do envelhecimento para mulheres idosas**. Pensando Famílias, Porto Alegre: Domus, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2013000100010&lng=pt&nrm=iso Acesso em 03 de junho de 2019.

CAMBUIM, A. N; CARVALHO, C; ARAÚJO JÚNIOR, J. **Intergeracionalidade: das relações às práticas sociais**. Portal do Envelhecimento. 28/12/2017 Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/intergeracionalidade-das-relacoes-as-praticas-sociais/>. Acesso em 08 de abril de 2019.

CARLOTO C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, 2002. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm. Acesso em 21 de junho de 2019.

CARVALHO, B.V. Envelhecimento e Apoio Familiar: Importância no Bem-Estar da Pessoa Idosa. **Psicologado: Desenvolvimento Humano**. Junho de 2017. Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicologiageral/desenvolvimentohumano/envelhecimento-e-apoio-familiar-importancia-no-bem-estar-da-pessoa-idosa>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

CARVALHO, K. Submissão está na bíblia? Damares enfatiza que a mulher deve ser submissa ao homem. **Observatório G**. 20 de abril de 2019. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2019/04/submissao-esta-na-biblia-damares-enfatiza-que-a-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem>. Acesso em 10 de junho de 2019.

CARVALHO, M.I. Um Percurso Heurístico pelo Envelhecimento. In: CARVALHO, M. I (org.). **Serviço Social no Envelhecimento**. Lisboa: Edição Pactor, 2006.
CEFESS. Código de ética do/a assistente social. Brasília: **Conselho Federal de Serviço Social**, 2012.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo Cortez, 2014.

COLARES, A. F.V; SARAIVA, L. A. S. Problematizando o “Velho” e o “Idoso” sob a Ótica do Capital. **Revista NAU SOCIAL**, v.7, n.12, p. 55-67. Mai/nov., 2016. Bahia. UFBA. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial> Acesso em: 03 de maio de 2019.

COLMAN, E; POLA, K.D. Trabalho em Marx e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**. Londrina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. 2009 Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/Artigo%20evaristo.pdf. Acesso em 21 de junho de 2019.

COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Genero**. Política social UFF. Rio de Janeiro 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137/18227> Acesso em 10 de outubro de 2019.

DAVIS, ANGELA. **Mulheres, raça e classes**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, G.G. Feminismo e velhice. **Sinais Sociais**. v.8, n. 22, p. 9-86, maio/ag. 2006. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional. Disponível em: https://www.academia.edu/6570327/Feminismo_e_Velhice Acesso em: 05 de outubro de 2019.

DEBERT, G.G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G.G. (Org.). **Antropologia e velhice**. Campinas: Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275204/mod_resource/content/1/Debert%20C%20Guita.%20PRESSUPOSTOS_DA_REFLEXAO_ANTROPOLOGICA_S.pdf Acesso em abril de 2019.

DUARTE, V.B SANTANA, M.G; SOARES, M.C; DIAS, D.G; THOFERN, M.B. A perspectiva do envelhecer para o idoso e sua família. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v.7, n.1, p.42-50, jan./abr. 2005. Disponível em : <https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/8052> Acesso em 03 de abril de 2019.

FALEIROS, V. de P. Cidadania e direitos da pessoa idosa. **Ser Social**. Nº 20, p. 35-61, jan./jun.2007. Departamento Serviço Social da Universidade de Brasília , 2007. Disponível em http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12766 Acesso em 06 de maio de 2019.

FELIPE, T. W. S. S; SOUSA, S. M. N. S. A construção da categoria velhice e seus significados. **PRACS**. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais. v.7, n. 2, p. 19-33, jul. dez, 2014. Macapá: UNIFA. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1384> Acesso em: 27 de março 2019.

FORTES, R.V. Sobre o Conceito de Exército Industrial de Reserva: Aspectos Históricos e Atualidade. **Temporalis**. Ano 18, n. 36, p. 256-273, jul./dez. Brasília (DF): ABEPSS, 2018.

FRANÇA, L. H. F. P; SILVA, A.M.T.B; BARRETO, M.S.L. Programas intergeracionais: quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira? **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**. Nº 13(3), p.519-53. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v13n3/a17v13n3.pdf>. Acesso em: 27 mar 2019.

GUIRALDELLI, R. Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social. **Textos & Contextos**. V. 10, n. 2, p. 244 - 254, ago./dez. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/9633> Acesso em 03 de junho de 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITOS DA FAMÍLIA (IBDFAM). Violência patrimonial contra a mulher: “A invisibilidade dessa forma de violência continua”, diz jurista. **Acessória de comunicação do Instituto Brasileiro de Direito da Família**. 21 de novembro de 2018 Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6819/Viol%C3%Aancia+patrimonial+contra+a+mulher%3A+%E2%80%9CA+invisibilidade+dessa+forma+de+viol%C3%Aancia+continua%E2%80%9D%2C+diz+jurista> Acesso em 13 de outubro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Estatísticas de Gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 7 abril 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE de Notícia. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia->

noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017 Acesso em 08 de junho de 2019.

KON, A. **Família e trabalho: considerações teóricas sobre a participação no mercado de trabalho.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brasil, 2009. Disponível em http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/vii_ciclo_debates_2009/VIICiclo2009_ArtAnita_Kon.pdf Acesso em 21 de março de 2019.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à Prática Sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1996.

LESSA, A. O Processo de Produção/Reprodução Social, Trabalho e Sociabilidade. In ABEPSS/CRESS/UnB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 2, pp. 20-33. Brasília: CEAD-UNB, 1999.

LESSA, S. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MACHADO, M.A.N. História da luta pelos direitos sociais dos idosos. **Gera-Ações Pesquisas e ações em Gerontologias.** Disponível em: <https://www.geracoes.org.br/historia-da-luta-pelos-direitos-sociais-dos-idosos>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo; 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MERIGHI, M. A. B et al. Mulheres Idosas: desvelando suas vivências e necessidades de cuidado. **Revista Escola de Enfermagem.** V. 47, nº. 2, p. 408-414. São Paulo: USP, 2013.

MESQUITA, A. A. Envelhecimento populacional e relações de gênero: velhos dilemas e novos desafios. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos),** Florianópolis, 2017.

MODELLI, Laís. Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres. **Carta Capital.** 15 de outubro de 2018 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres/> Acesso em 05 de junho de 2019.

MOREIRA, R.M. et al. Qualidade de vida, saúde e política pública de idosos no Brasil: uma reflexão teórica. **Revista Kairós Gerontologia.** 16(2), p.27-38. São Paulo: 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/17629> . Acesso em: 03 ago. 2019.

MORGANTE, M.M: NADER.M.B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro de História da ANPUH: Saberes e práticas científicas** Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2019.

MOTTA, A.B. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 25, Número 2, maio / agosto 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/05.pdf> Acesso em: 03 ago. 2019.

MOTTA, A.B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>

MOURO, H. Envelhecimento, Políticas de Intervenção e Serviço Social In: CARVALHO, M. I (org.). **Serviço Social no envelhecimento**. Lisboa: Edição Pactor, 2006.

NERI, A.L. Feminização da Velhice. In NERI, A.L (Org.). **Idosos no Brasil Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, SP, 2007

NETO, J.P; BRAZ. M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, A. D; COELHO, S.M; THOMAZ, RS. Educação informal: Física do cotidiano de idosos. In TERRA, N.L; FERREIRA, A.J; TACQUES, C.O; MACHADO, L.R (org.) **Envelhecimento e suas múltiplas áreas do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

PARADELLA, Rodrigo. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso: 27 mar 2019.

PAÚL, C; CRUZ, P. Dia Europeu Da Solidariedade entre as Gerações. **FOCUS SOCIAL: Revista de Economia Social**. EAPN Portugal 2015. Disponível em: <http://www.focussocial.eu/noticia.php?id=102>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

PINHEIRO JUNIOR, G. Sobre alguns conceitos e características de velhice e terceira idade: uma abordagem sociológica. **Revista Linhas**. v. 6, n. 1. Florianópolis Centro de Ciências Humanas e da Educação. FAED 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1255> Acesso em: 18 de março de 2019.

PINTO, C.R.J Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2019.

PLONER, K.S., et al. O significado de envelhecer para homens e mulheres. org. **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em :18 de março de 2019

ROSEMBACK, G.R; RIGOTTI, J.I.R; FEITOSA, F.F; MONTEIRO, A.M.V. Demografia, planejamento territorial e a questão habitacional: prognóstico da situação habitacional do Litoral Norte Paulista. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 34 (2), 301-320. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0005>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

SALGADO, C. D. S. Mulher Idosa: a feminilização da velhice. In: **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SANTOS; E. S. S.; CORTE: B. O impacto do empobrecimento na velhice. **Ser Social**, Brasília.n.21, p. 219-240, jul./dez. 2007.

SANTOS; R.C, SACRAMENTO; S.M.P.O Antes, o Depois e as Principais Conquistas Femininas. **Revista Anagrama**: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 5 – Ed. 1 – setembro-novembro de 2011- Cidade Universitária, São Paulo.

SCNEIDER, R.H.; IRIGARAY, T.Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia** | Campinas | 25(4) | 585-593 | outubro, dezembro 2008.

SILVA, K.G. As Transformações no Mercado de Trabalho e a Inserção Feminina. In: **Seminário Nacional de Serviço Social Trabalho e Política social**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC 27 – 29 out de 2015. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180948/Eixo_1_35.pdf?sequence=1 Acesso em 07 de abril de 2019.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro. v.15, n.1, p.155-168, jan./ mar. 2008

TEIXEIRA, S.M. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TORELLY, I.W.O. Envelhecimento ativo: Uma nova concepção. In: TERRA, N.L; FERREIRA, A.J; TACQUES, C.O; MACHADO, L.R (org.) **Envelhecimento e suas múltiplas áreas do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

VELOSO, RENATO. Relações de gênero: notas introdutórias. **Enfoques**: Revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ v.2. n. 1 jul. 2003 p. 2-100 Rio de Janeiro Disponível em <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/16> Acesso em 12 de junho de 2019.

VERAS, R.P.; OLIBEIRA, M. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciências e Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04722018> Acesso em 15 de outubro de 2019.

VIANA, N. Capitalismo e Racismo. In SANTOS, C. P.; VIANA, N. (org.) **Capitalismo e Questão Racial**. 1ª edição Rio de Janeiro, Corifeu. 2007